



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT
CAMPUS DE PALMAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE**

JANAINA COSTA RODRIGUES

(IN) VISIBILIDADE EM PAUTA:

narrativa jornalística sobre as mulheres em situação de violência sexual no Tocantins

**Palmas - TO
2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT
CAMPUS DE PALMAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE**

JANAINA COSTA RODRIGUES

(IN) VISIBILIDADE EM PAUTA:

narrativa jornalística sobre as mulheres em situação de violência sexual no Tocantins

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Comunicação e Sociedade.

Orientadora: Dra. Cynthia Mara Miranda

**Palmas - TO
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

R696(RODRIGUES, Janaina Costa.

(In) visibilidade em pauta: : narrativa jornalística sobre as mulheres em situação de violência sexual no Tocantins . / Janaina Costa RODRIGUES. – Palmas, TO, 2019.

93 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Comunicação e Sociedade, 2019.

Orientadora : Cynthia Mara Miranda

1. Narrativa. 2. Jornalismo. 3. Violência sexual. 4. Mulher. I. Título

CDD 302.2

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

JANAINA COSTA RODRIGUES

“(IN) VISIBILIDADE EM PAUTA: narrativa jornalística sobre as mulheres em situação de violência sexual no Tocantins”

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Sociedade e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 01/11/2019

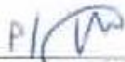
Banca Examinadora:



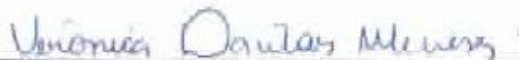
Prof. Dra. Cynthia Mara Miranda (web conferência)
Universidade Federal do Tocantins
Orientadora



Prof. Dr. Carlos Alberto Carvalho (web conferência)
Universidade Federal de Minas Gerais
Primeiro avaliador



Prof. Dr. Leandro Rodrigues Lage (web conferência)
Universidade Federal do Pará
Segundo avaliador



Prof. Dra. Verônica Dantas Meneses
Universidade Federal do Tocantins
Terceira avaliadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à Deus, pois acredito em sua existência, mesmo sem vê-lo. Está comigo em todos os momentos, independente de mim – de minhas falhas e ausências.

À minha mãe, Antonia Soares, mulher guerreira que me inspira, por ser forte e conseguir ser força!

Aos meus queridos filhos, Giovanna e Henrique, que chegaram há tão pouco tempo, e já fazem muita diferença em mim e na mulher que sou. Amo e dedico a eles boa parte dos meus dias!

Aos meus irmãos amados, Jeimes, Jaqueline e Meriele, que me incentivam e são combustível para minha vida.

Às companheiras do Coletivo Feminista Ajunta Preta que caminham comigo, desde que escolhi priorizar a militância como mulher negra. Obrigada por compartilharmos cada dor e alegria!

Aos colegas e professores do PPGCOM que muito me ensinaram, em minha correria de trabalhadora de dois empregos e mãe-solo de dois filhos.

À minha sensata orientadora, Cynthia Mara, que é ágil nas respostas e presente em cada parágrafo desse texto. Por sua dedicação e parceria, muito obrigada!

RODRIGUES, Janaina Costa. **(In) visibilidade em pauta: narrativa jornalística sobre as mulheres em situação de violência sexual no Tocantins**. 2019. 93f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2019.

RESUMO

Esse trabalho se situa no campo das pesquisas em comunicação e problematiza a opressão de gênero que atinge mulheres em situação de violência sexual, a partir da análise de narrativas jornalísticas. Compreende-se que a mídia provoca reflexões na sociedade e também recebe influência de temas e visões de mundo diversas. O objetivo da pesquisa é analisar as narrativas jornalísticas sobre violência sexual, no sentido de perceber os elementos que constituem a notícia, a construção das personagens e a identificação das estratégias comunicativas. Para tanto, tomamos como corpus empírico desta pesquisa matérias sobre casos fatídicos de violência sexual contra a mulher, publicadas no período de 2016 a 2019, no Jornal do Tocantins. A pesquisa sugere discussões sobre casos comoventes, violência sexual e culpabilização de mulheres na imprensa do Tocantins.

Palavras-chave: Narrativa. Jornalismo. Violência Sexual. Mulher.

RODRIGUES, Janaina Costa. **(In) visibility in the agenda: journalistic narrative about women in situation of sexual violence in Tocantins.** 2019. 93f. Master's Dissertation (Postgraduate Program in Communication and Society), Federal University of Tocantins, Palmas, 2019.

ABSTRACT

This work is in the field of communication research and problematizes the gender oppression that affects women in situations of sexual violence, based on the analysis of journalistic narratives. It is understood that the media provokes reflections in society and is also influenced by diverse themes and worldviews. The aim of the research is to analyze the journalistic narratives about sexual violence, in order to understand the elements that constitute the news, the construction of the characters and the identification of communicative strategies. For that, we take as empirical corpus of this research articles about fatal cases of sexual violence against women, published from 2016 to 2019, in Jornal do Tocantins. Observing the characteristics of the cases and their social repercussions, we intend to mobilize discussions about moving cases, sexual violence and blaming women.

Key-Words: Narrative. Journalism. Sexual Violence. Woman.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Brasil: número de notificações de violências e estupros	58
FIGURA 2 - Brasil: distribuição percentual das vítimas de estupro, segundo faixa etária (2011 a 2016)	61
FIGURA 3 - Fragmento da página da matéria “População protesta contra a violência à mulher”	65
FIGURA 4 - Fragmento da página da matéria ““Querem me incriminar e julgar pelo que eu represento’, diz Nezinho”	69
FIGURA 5 - Fragmento da página da matéria “Violência sexual vem de dentro de casa”	75
FIGURA 6 - Fragmento da página da matéria “Vigia é suspeito de trocar cartas com adolescente de 13 anos para marcar encontros”	78

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 - Total de atendimentos SAVIS - TO	59
Quadro 2 - Categorização das narrativas jornalísticas, ano 2016	64
Quadro 3 - Categorização das narrativas jornalísticas, ano 2017	70
Quadro 4 - Categorização das narrativas jornalísticas, ano 2018.....	73

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AC	Análise de Conteúdo
ANDI	Agência de Notícias dos Direitos da Infância
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SINAN	Sistema Nacional de Agravos de Notificações
CF	Constituição Federal
CP	Código Penal
MP	Ministério Público
SAVIS	Serviço de Atenção Especializada a Pessoas em Situação de Violência Sexual
MS	Ministério da Saúde
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial de Saúde
JTO	Jornal do Tocantins
PM	Polícia Militar
PSVS	Pessoa em Situação de Violência Sexual
SUS	Sistema Único de Saúde
SSP	Secretaria da Segurança Pública
SESAU-TO	Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins
TO	Tocantins
UFT	Universidade Federal do Tocantins
HMDR	Hospital e Maternidade Dona Regina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. VIOLÊNCIA SEXUAL, PATRIARCADO E CONDIÇÃO DA MULHER	19
1.1 Violência como problema em debate no espaço público	20
1.2 Violência Sexual e Sexualidade na perspectiva feminista	26
2. A MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL NA NARRATIVA JORNALÍSTICA.....	34
2.1 Narrativas jornalísticas como narrativas históricas	35
2.2 As narrativas jornalísticas e sua relação com o debate de gênero	39
2.3 A violência sexual na narrativa jornalística.....	46
3. A NARRATIVA JORNALÍSTICA SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL NO JORNAL DO TOCANTINS	55
3.1 As estatísticas locais sobre violência sexual	56
3.2 Tratamento e análise dos dados	62
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85

INTRODUÇÃO

Cotidianamente, mulheres de todas as faixas etárias e classes sociais, têm sido vítimas de violência sexual no Brasil. Nem mesmo crianças e adolescentes – entendidas socialmente como alvo de proteção – estão imunes às diversas modalidades de agressões contra o corpo feminino, seja no próprio lar, em instituições ou no espaço público. Tais violências evidenciam um problema nas relações de gênero e na forma como o corpo da mulher é compreendido.

O relatório “Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da saúde”, publicado em março de 2014, estima que, a cada ano, ocorrem 527 mil casos de estupro no Brasil (CERQUEIRA; COELHO 2014, p. 6). Mas, dessas ocorrências, apenas 10% chegam ao conhecimento da polícia, segundo registros do SINAN - Sistema Nacional de Agravos de Notificação. Em 2011, conforme a Secretaria Estadual de Saúde-SESAU, só no Tocantins foram mais de 70 mil atendimentos de saúde a mulheres em situação de violência (70.270), dos quais mais de treze mil eram especificamente de violência sexual (13.096).

Observa-se nas estatísticas oficiais, que os dados sobre violência sexual são subnotificados, o que decorre de diversos fatores tais como, a vergonha e o medo de publicizar uma violência de cunho sexual, que por afetar o corpo feminino pode trazer inúmeros rótulos e preconceitos contra a mulher vítima de tal violência. (FLEURY, 2015, p. 395).

Por estar na sociedade, a violência sexual também adentra as pautas de jornais e revistas, passando por sistemas de construção simbólicos que podem por um lado garantir a defesa dessas mulheres ou por outro, culpabilizá-las. A sociedade misógina e patriarcal questiona o direito da mulher sobre o próprio corpo e impõe certas restrições a pessoas do sexo feminino no espaço público. Assim, desde à infância é requerido das mulheres determinados comportamentos, relacionados ao modo de vestir e se relacionar com o sexo oposto, que não raro são utilizados como balizadores da compreensão sobre as agressões sexuais praticadas contra mulheres.

A invisibilidade da violência sexual nas estatísticas pode estar relacionada a uma busca do seu abafamento no imaginário social. O estupro, em muitas situações, tende a ser silenciado e em situações que as mulheres rompem o silêncio buscando atendimento nas unidades de saúde e efetuando denúncias na polícia, não raro, elas convivem com situações em que novamente são violentadas, agora simbolicamente, uma vez que são questionadas sobre onde estavam, que roupa usavam ou que comportamento tinham como se fossem

culpadas pela violência perpetrada contra elas. Assim, a violência sexual é invisibilizada, num contexto que favorece a culpabilização das mulheres.

A análise da narrativa jornalística é também uma análise social, tendo em vista que a mídia e a sociedade caminham conjuntamente, num processo dinâmico em que uma gera modificações na outra. Carvalho (2012) destaca que o jornalismo é factual e propicia a atualização permanente sobre fenômenos sociais, culturais, políticos e econômicos. Diariamente as mídias impressas e eletrônicas nos apresentam acontecimentos e contradições presentes no mundo. A análise de tais narrativas tem sido foco de diversos estudos no campo da comunicação. A narrativa jornalística torna pública as situações de violência sexual, alimenta as falas sociais e os lugares ocupados pelos personagens, expõe versões sobre os fatos e em alguns casos, o testemunho da vítima e/ou do agressor (LEAL, 2006).

A cobertura dos casos de violência sexual contra a mulher merece a atenção dos pesquisadores(as) da área da comunicação, visto que o assunto suscita reflexões quanto aos sentidos que essas construções narrativas podem provocar e quanto à mobilização da opinião pública sobre o tema. Além disso, os meios de comunicação são parte fundamental da origem dos dados sobre violências de gênero (CARVALHO, MARTINS, 2016; LEAL, CARVALHO, ANTUNES; 2018). E nos fazem repensar os acontecimentos e possíveis ações, que a partir deles se desdobram. Isso porque os jornais “influenciam a opinião da sociedade, motivam e fiscalizam a implantação de políticas de Estado”. (RAMOS & PAIVA, 2008, p. 313).

Cada assunto abordado pelo jornalismo tem suas regras próprias. No caso da produção de notícias sobre violência sexual, foco da pesquisa, recomenda-se preservar o anonimato e a identidade da mulher, dificultando sua identificação e/ou revitimização. Existem normas próprias para a cobertura dos casos de violência sexual. Como expressa o Código de Ética do Jornalista (2007), a atuação profissional deve ser balizada pelo interesse público e pela preservação da integridade física das personagens e dos profissionais com os quais trabalha. Contudo, não é sempre que tais regras são seguidas, o que motiva nossa reflexão sobre o assunto.

A escolha do tema dessa pesquisa partiu do comprometimento da pesquisadora como militante feminista do Coletivo Ajunta Preta, que tem como objetivo articular mulheres negras para o debate e luta coletiva contra as opressões de gênero e raça, onde foi possível adensar os estudos em grupo de leitura, específico sobre violências contra a mulher. Além disso, a motivação para realização da pesquisa se dá em razão da atuação da pesquisadora enquanto Assistente Social do Hospital e Maternidade Dona Regina localizado na capital do Tocantins,

atuando no Serviço de Atenção Especializada à Pessoas em Situação de Violência Sexual (SAVIS) de 2014 a 2019, onde lidou diretamente com mulheres em situação de violência sexual.

Em decorrência dessa experiência, a pesquisadora passou a refletir sobre a cobertura jornalística superficial e limitada dos casos de violência sexual contra mulher e passou a levantar a seguinte indagação: quais seriam os casos registrados pelo SAVIS que chegam até a mídia? Como são as construções narrativas que o jornalismo produz sobre a violência sexual? Como as vítimas e os agressores são narrados jornalisticamente?

A pesquisa, que se situa no campo das ciências sociais aplicadas, foi qualitativa e fundamentada em análise de conteúdo (BARDIN, 1997) e análise da narrativa jornalística (MOTTA, 2013). A pesquisa qualitativa é tratada por Bogdan (1982 apud TRIVIÑOS, 1987) como investigação de natureza histórico-estrutural e dialética. O autor apresenta cinco características desse tipo de pesquisa:

1º) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; 2º) A pesquisa qualitativa é descritiva; 3º) Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto; 4º) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente; 5º) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa [...] (BOGDAN apud TRIVIÑOS, p. 128, 1987).

A pesquisadora iniciou a investigação, apoiada numa revisão de literatura em torno da temática, visando compreender as questões que se apresentaram no decorrer do estudo. Considera-se que a pesquisa qualitativa utiliza a leitura crítica da produção bibliográfica da área e não exclui a utilização de dados quantitativos que podem complementá-la. Assim, foram analisadas as estatísticas quanto à violência sexual praticada no Estado do Tocantins, com base nos dados do Sistema Nacional de Agravos e Notificações - SINAN, coletados por uma Unidade do Sistema Único de Saúde - SUS, a saber - Hospital e Maternidade Dona Regina - HMDR, especificamente, Serviço de Atenção Especializada a Pessoas em Situação de Violência Sexual - SAVIS, no qual a pesquisadora é funcionária.

Tal análise permitiu fazer um cruzamento entre o registro de casos de violência sexual pelo SAVIS e os casos que foram foco da cobertura jornalística no Estado. Mesmo que as notícias não contenham nomes das mulheres que foram vítimas de violência sexual, pela análise da ficha de notificação, dados de domínio público, identificou-se preliminarmente a característica dos casos de violência sexual registrados no SAVIS que se tornaram notícias em âmbito local. A intenção da pesquisadora não foi realizar levantamento estatístico, mas

analisar criticamente os dados de domínio público sobre a violência sexual, dimensionando a presença de tais casos na mídia. Cabe ponderar que são apenas uma parcela dos casos que ocorreram no Tocantins, tendo em vista que a amplitude dos casos possivelmente não está notificada no SAVIS nem na polícia, já que a violência sexual é um tema negligenciado na sociedade e em muitas situações mulheres, por medo de exposição, preferem não denunciar e também não procurar serviço de saúde ou de segurança pública.

As narrativas jornalísticas foram analisadas a partir da análise de conteúdo (BARDIN,1997). A análise de conteúdo em pesquisas qualitativas busca explorar o texto e também captar seu sentido simbólico, que nem sempre é manifesto. Bardin (1997, p. 42) conceitua a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos, a descrição do conteúdo. Para a autora, trata-se de:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1997, p. 47).

A opção pela análise de conteúdo se deu porque esse método permite conhecer características estruturantes da narrativa jornalística, bem como analisar as tendências no que se refere à caracterização dos personagens e à ênfase de cada assunto. Com o objetivo de compreender como são divulgados os casos de violência sexual no Jornal do Tocantins, foram definidas categorias de análise que permitiram compreender as características das notícias sobre o tema.

Foram analisadas somente narrativas fáticas, ou seja, que retratavam situações reais de violência sexual contra a mulher. Observamos que a maioria das notícias analisadas se referiam a casos ocorridos com crianças e adolescentes do sexo feminino. Assim, essas notícias não foram excluídas da amostra.

Segundo Motta (2013), a narrativa é uma forma de ver e contar o mundo, sendo que os jornalistas buscam o discurso narrativo para causar efeito de sentidos. Tais efeitos podem se manifestar em estratégias comunicativas, no uso de opções linguísticas ou extralinguísticas, conforme intencionalidades conscientes ou inconscientes. Assim, as narrativas jornalísticas não são somente representações da realidade; são também dispositivos discursivos utilizados socialmente num contexto de intencionalidades. “Quem narra tem algum propósito ao narrar;

nenhuma narrativa é ingênua” (MOTTA, 2013, p.3-4). Nesse método, denominado análise pragmática da narrativa, utiliza-se uma abordagem crítica que visa tomar o texto como ponto de partida para buscar conexões com o contexto em que a notícia foi produzida e as intencionalidades do jornalista.

Essa metodologia foi descrita por Motta (2013), que a define como um método de olhar a narrativa, sendo que a narrativa propriamente dita é uma forma de ver e contar o mundo. No estudo em tela, adaptamos três movimentos de análise propostos por Motta (2013). Uma adaptação dos seis movimentos originais cunhados pelo autor, que visa melhor atender aos objetivos dessa pesquisa. Não foram analisados os seis movimentos no material coletado porque as notícias eram curtas e não apresentavam sequência histórica, o que exigiu o recorte da pesquisadora na escolha de analisar três movimentos sugeridos por Motta:

1º - Recomposição do acontecimento jornalístico: identificação do fato narrado na matéria jornalística; identificação do conflito que permeia a narrativa jornalística; análise da história de violência sexual, a partir da matéria (ou das matérias) publicada (s) no Jornal do Tocantins.

2º - Construção das personagens: reconhecimento das personagens e de sua dinâmica/processo de vida; análise de como são retratadas as mulheres em situação de violência sexual; análise de como são retratados os agressores; comparação entre o perfil das mulheres presentes na estatística oficial de violência sexual e o perfil das mulheres que “viraram” notícia.

3º - Identificação de estratégias comunicativas e significados de fundo moral: foi observado o uso de recursos linguísticos e extralinguísticos, bem como o uso de estratégias imagéticas discursivas. Para Motta (2013, p. 9) “a narrativa jornalística é um permanente jogo entre os efeitos de real e outros efeitos de sentido (a comoção, a dor, a compaixão, a ironia, o riso, etc.), mais ou menos exacerbados pela linguagem dramática das notícias”. Foi observado o uso de recursos na linguagem de cada matéria, tais como, dados, uso de lugares, instituições, bem como o uso de recursos que provocam efeitos de sentido emocional (uso de verbos de sentimento, conteúdo implícito, substantivos estigmatizados, uso de figuras de linguagem, uso de verbos negativos, de conselho e/ou advertência). Isso porque, nos termos de Motta (2013), a narrativa jornalística tem pretensão de neutralidade, mas é fortemente determinada por um fundo ético ou moral.

Quanto à existência de fundo ético ou moral na narrativa jornalística, foi analisada a existência de culpabilização das mulheres. Em pesquisa publicada em setembro de 2016 pelo Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), um em cada

três brasileiros acredita que, nos casos de estupro, a culpa é da mulher. Entre os homens esse pensamento é ainda mais comum: 42% deles dizem que mulheres que se dão ao respeito não são estupradas¹. Assim, procurou-se responder a seguinte indagação: como se processa a narrativa jornalística local sobre violência sexual? Há culpabilização implícita ou explícita?

Buscou-se com a utilização da análise pragmática da narrativa (MOTTA, 2013) identificar a forma como a mulher em situação de violência sexual é representada nas matérias jornalísticas no Jornal do Tocantins. Compreende-se que a mídia não influencia a opinião pública quando noticia determinado assunto, mas os meios de comunicação influenciam o agendamento, ou seja, a priorização de determinados assuntos no debate e nas políticas públicas. Santos (2018) menciona que “(...) tudo o que aparece na mídia é o reflexo da sociedade em que vivemos. A mídia tem essa tendência de refletir comportamentos e atitudes que estão mais ou menos enraizados na nossa cultura”. Neste contexto, pretende-se provocar reflexões sobre a narrativa jornalística e sobre a importância do tema no veículo de comunicação local.

Nesse trabalho, apresentaremos a análise de conteúdo das narrativas jornalísticas do Jornal do Tocantins. Importa esclarecer que vamos levantar dados sobre a existência do fenômeno na realidade do Tocantins, visando melhor conhecer seus contornos, seu alcance nos meios de comunicação e a forma como a narrativa jornalística se reporta a tais crimes.

Analisar dados sobre o fenômeno é essencial para articular as políticas públicas de seu enfrentamento (ÁVILA, 2017, p.525). Assim, apresentaremos, os dados referentes aos casos de violência sexual atendidos em um serviço estadual do Tocantins. O presente estudo se propõe a analisar a narrativa jornalística sobre a violência sexual, publicada no período de 2016 a 2019 em um veículo tocantinense, o Jornal do Tocantins, considerando principalmente a perspectiva teórica oriunda dos estudos de Paul Ricoeur (1994) e Motta (2013). De um lado, verificaremos o conteúdo das narrativas, utilizando como método a análise de conteúdo (BARDIN, 1997). De outro eixo, complementar, analisaremos a recomposição do acontecimento jornalístico; a construção das personagens; e a identificação das estratégias comunicativas e significados de fundo moral.

A dissertação é composta por três capítulos. O primeiro capítulo teórico apresenta a conceituação de violência sexual na sociedade patriarcal e sua relação com a condição da mulher. São apresentadas reflexões sobre a violência como problema em debate no espaço

¹ FOLHA DE SÃO PAULO. Um terço dos brasileiros culpa mulheres por estupros sofridos. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/09/1815301-um-terco-dos-brasileiros-culpamulheres-por-estupros-sofridos.shtml>> Acesso em 10 de mar. 2019.

público e sexualidade na perspectiva feminista. O segundo capítulo teórico discute a relação das narrativas jornalísticas com o debate de gênero e analisa narrativas sobre violência sexual, a partir de pesquisas acadêmicas. O terceiro capítulo, por fim, apresenta os resultados da pesquisa, provocando reflexões sobre a (in) visibilidade das mulheres em situação de violência sexual nas narrativas jornalísticas.

1. VIOLÊNCIA SEXUAL, PATRIARCADO E CONDIÇÃO DA MULHER

A violência é um problema complexo que afeta todas as classes sociais, etnias e gêneros. O ato violento envolve relações de poder e por esse motivo, a violência incide com maior intensidade nos grupos mais vulneráveis. Mulheres, população LGBT², negra e indígena estão entre as que mais vivenciam uma situação de violência em qualquer fase da vida, devido a uma série de fatores sociais e históricos.

Na sociedade ainda marcada pelo patriarcalismo, o homem exerce domínio em vários âmbitos, inclusive sobre os corpos femininos. A violência, uma das expressões do patriarcado, incide diretamente na vida das mulheres, fazendo delas um segmento de grande vulnerabilidade. Conforme Saffioti (1976), a violência deve ser compreendida num contexto ampliado e se dá em espaços e situações variadas. A raiz da violência de gênero é a desigualdade entre homens e mulheres, que se manifesta nas relações sociais e é também reproduzida ideologicamente nos meios de comunicação. Tal violência se manifesta de diversas formas: psicológica, física, patrimonial ou sexual (CHACHER, 2016).

Os homens, enquanto categoria social, são maioria entre os agressores e continuam exercendo “poder de mando” nas relações sociais, como se tal exercício fosse algo natural. A construção social do ser “patriarca” carrega o sentido de chefia de família, dono da propriedade e referência central do grupo familiar. Tal estereótipo, com frequência, tem atribuído também ao homem o papel de dono dos corpos das mulheres, seja no matrimônio ou não, motivo pelo qual se dá a apropriação violenta dos corpos femininos, por meio da violência sexual, feminicídio ou outras formas de violência.

O poder dos homens e a sujeição das mulheres são objetos de reflexão e crítica feminista, na intenção de garantir a supressão das mais diversas formas de violência contra a mulher. Hirata e Laborie (2009) apresentam uma definição de patriarcado:

O patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões “subordinação” ou “sujeição” das mulheres, ou ainda “condição feminina”. (HIRATA; LABORIE, 2009, p. 173).

² Sigla utilizada para referir-se a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

A sugestividade da palavra “pai”, raiz etimológica do termo “patriarca”, segundo as autoras, por um lado traz a referência à chefia familiar, e por outro representa a figura de quem domina. Atualmente, a figura do pai já não está presente em todas as famílias e mesmo assim, é designado como chefe do lar – figura necessária para a disciplina e “ordem” familiar. Nesse contexto se naturaliza a figura masculina como direcionada à esfera pública, ao passo que as mulheres são sujeitadas ao âmbito doméstico. Seja na família, na escola, no trabalho ou nos meios de comunicação prevalece a valorização da supremacia masculina, em detrimento do feminino, de modo a se interpretar que ao homem não se pode dizer não.

1.1 Violência como problema em debate no espaço público

No decorrer da história, as variadas formas de violência no espaço doméstico, e em especial, a violência contra a mulher, foram silenciadas. A violência perpetrada por homens no espaço doméstico é legitimada historicamente pela invisibilidade da violência contra as mulheres (RAVAZZOLA, 1998; BANDEIRA & THURLER, 2008; ARAÚJO, 2003). O Estado, seguindo o princípio da inviolabilidade do domicílio, durante muito tempo se omitiu de intervir nos conflitos domésticos. Essa abstenção do Estado resultou em um risco especial para as mulheres vítimas de companheiros violentos (DIAS, 2007; BANDEIRA & THURLER, 2008; RAVAZZOLA, 1998).

Somente com a segunda onda do movimento feminista³, na década de 1970, a violência contra a mulher passou a ser compreendida como um problema político, e não como um problema pessoal. Carol Hanisch⁴ cunhou o slogan "o pessoal é político", que se tornou sinônimo da segunda onda, e trouxe uma carga histórica de relevante peso para o combate à cultura do estupro e da violência, ampliando o debate sobre questões, entendidas até então como pessoais (MATOS, 2010).

De acordo com Matos (2010), remeter o debate da violência ao espaço público foi uma importante estratégia para dar visibilidade a questões que ficavam submersas à intimidade do lar e protegidas pelo corolário da individualidade de cada um. O espaço doméstico se consolidou como a necessária configuração social do patriarcado, sendo

³A segunda onda do movimento feminista é o período em que as mulheres passam a lutar mais enfaticamente por liberdade sexual e reprodutiva, bem como pelo direito ao divórcio. Nesse período, por volta da década de 1970, o movimento apregoa ainda a continuidade da luta pela igualdade perante ao Estado. (FRASER, 2000; PEDRO, 2005)

⁴HANISCH, Carol. **O pessoal é político**. Disponível em: [<https://we.riseup.net/radfem/o-pessoal-É-político-carol-hanish+251157>]. Acesso em: 08/06/2019.

legitimado pela esfera de ação pública do Estado. Até a década de 70, o homem seguia inquestionável em suas atitudes machistas no âmbito doméstico. Somente após a segunda onda, o combate à violência doméstica contra as mulheres ascendeu à esfera pública.

A luta dos movimentos feministas fez com que a violência de gênero passasse a ser enfrentada e assumida pelo Estado. Com efeito, o constrangimento dos agressores passou a ocupar espaço na mídia e na agenda governamental. A partir daí se deu a criação das políticas públicas para as mulheres, dos Conselhos dos Direitos da Mulher e da Lei Maria da Penha – estruturas e mecanismos legais, que embora não tenham resultado imediato na alteração das relações estruturais que conformam o machismo e patriarcado, exercem papel importante no atendimento das mulheres. Tais espaços dão forma e conteúdo ao atendimento das mulheres.

O domínio masculino num sentido econômico e social, na esfera do trabalho, representa também o domínio sobre o corpo das mulheres. Na compreensão do feminismo materialista, o corpo da mulher na sociedade capitalista é apropriado como mercadoria. Guillamin (2014) destaca que os homens são lembrados na sociedade capitalista pelo que fazem, ou seja, pela função que ocupam no mercado de trabalho (o vendedor, o advogado, o médico). Já as mulheres são lembradas em sua “condição de sexo”, ou seja, são lembradas primeiramente como mulheres e na condição de propriedade de outrem. Nesse contexto, para apropriar-se de homens é preciso uma guerra, mas as mulheres já são tidas como propriedade material – seja do pai, seja do esposo, seja da igreja.

O debate teórico sobre a apropriação do corpo feminino destaca que a opressão da mulher se processa da mesma forma que a apropriação do “homem pelo homem” na escravidão, em que o tempo, a vida e o trabalho são explorados sem qualquer remuneração ou troca. Mesmo a mulher não escrava, por ser mulher, é tida como propriedade. Trata-se de uma relação de poder que reduz as mulheres ao estado de objeto material (moeda de troca, tal como nas sociedades arcaicas).

A apropriação do corpo feminino, segundo Guillamin (2014), se dá em diversas dimensões, seja na realidade individual de cada mulher, seja no conjunto das mulheres como seres sociais. A apropriação do tempo, que pode ser percebida nas relações de conjugalidade, em que mesmo trabalhando fora, a mulher deve servir, limpar, lavar e cozinhar para todos. Ter corpo apropriado para o serviço é uma característica comum às mulheres, sendo tais tarefas domésticas sua responsabilidade direta, quase nunca transferível.

Estudos sobre violência contra as mulheres (MOURA, HENRIQUES, 2014; CARDOSO, VIEIRA, 2014) já indicam que nos casos de violência sexual, é recorrente a culpabilização da mulher, tanto pelos agentes que registram as ocorrências, como pela

sociedade em geral e pela mídia. Isso se processa como componente do entendimento patriarcal de apropriação do corpo. Em algumas situações, a violência sexual ocorre no contexto conjugal e se torna ainda mais imperceptível e a vítima mais julgada, visto que relação sexual é compreendida como um pacto no casamento (DANTAS- BERGER, GIFFIN, 2005). Sobre a violência nas relações de conjugalidade as autoras afirmam:

Segundo os relatos, a relação sexual ocorreu, muitas vezes, sob forma de coerção “naturalizada” ou como “cláusula” prevista no contexto das obrigações conjugais. Todas relataram alguma situação do parceiro querer e insistir na transa apesar dela não querer; nenhuma delas fez uma denúncia prévia desta situação nos serviços que buscaram. O sexo cedido ou sob resistência foi recorrente, mas pouco nomeado como violência. (DANTAS- BERGER, GIFFIN, 2005, p. 422).

Esse estudo traz pontos importantes para o reconhecimento que o estupro é ainda mais invisibilizado nas relações conjugais. Isso porque a construção de padrões de comportamento femininos tradicionais de domesticidade e passividade alimentam o silêncio da mulher. As mulheres vítimas de “estupro cruento” – termo utilizado para denominar o estupro praticado por agressor desconhecido – denunciam mais, são mais atendidas pela Delegacia de Polícia e mais encaminhadas ao atendimento de saúde. O silêncio nos casos de violência na conjugalidade é fruto de uma ordem social de tradição patriarcal que historicamente “consentiu” num certo padrão de violência contra mulheres, designando ao homem o papel “ativo” na relação social e sexual (DANTAS- BERGER, GIFFIN, 2005).

As relações de proximidade, sejam elas no âmbito doméstico ou não, corroboram para a prática de crimes contra as mulheres. Carvalho e Martins (2016, p. 133) destacam que as sociedades contemporâneas levam ao estabelecimento de novas formas de relações de proximidade também potencialmente favoráveis aos crimes contra mulheres, sejam físicos ou simbólicos.

“Quando ela diz não, quer dizer sim!” é uma frase utilizada ironicamente em título de matéria escrita por Marcelo Ivanovit⁵, idealizador do site “Papo de Homem”, criado em 2006, trata-se de uma iniciativa que visa a produção de conteúdo, capaz de estimular pensamento crítico e ação. A referida matéria destaca o equívoco de pressupor o consentimento da mulher em relações sexuais. Ivanovit alerta para a existência de casos de estupros e assédios que são facilmente ignorados, sobretudo porque se naturaliza na sociedade que o consentimento e o desejo feminino não devem necessariamente fazer parte do ato sexual. Existe nas mais

⁵ “Quando ela diz não, quer dizer sim!”: o erro que ainda persiste em aparecer. Disponível em: [<https://papodehomem.com.br/quando-ela-diz-nao-quer-dizer-sim-o-erro-ainda-persiste-em-aparecer>]. Acesso em: 02 de fev. de 2019.

diversas sociedades, como a brasileira, um sentimento infundado de culpa em mulheres que se negam a atender a demanda sexual do outro, especialmente quando se trata de recusa de sexo em situação de namoro e/ou conjugalidade.

Até mesmo nessas situações, o não consentimento da mulher é por vezes ignorado, ou seja, tal processo de naturalização do estupro em relações consensuais também contribui para a perpetuação da violência, visto que o estupro não se dá somente com agressões físicas, mas sobretudo pelo “uso” não autorizado do corpo. A matéria destaca que "há estupros que são 'autorizados', que são 'tolerados', que são jogados para baixo ou mesmo desacreditados".

Assim, nem toda violência se caracteriza por ameaças ou agressão física. Por não deixar marcas, a violência sexual é o único crime que a vítima precisa comprovar o que de fato ocorreu. Ao refletir sobre a violência sexual, Miranda (2017a) destaca:

A culpabilização das mulheres nos casos de violência sexual é frequente e pode ser interpretada como produto de uma cultura machista que coloca a mulher como objeto do desejo e de propriedade do homem, que tem entre as formas de legitimar essa propriedade a prática da violência. Argumentos são construídos socialmente para atribuir a culpa do estupro ao comportamento das mulheres. São comuns questionamentos que visam a atribuir a culpa às mulheres, como: que roupa estava usando? Estava na rua sozinha? Qual horário estava na rua? Bebeu alguma bebida alcoólica? (MIRANDA 2017a, p. 361).

As regras de comportamento “socialmente aceitáveis” são reportadas aos questionamentos das autoridades que atendem as mulheres em situação de violência sexual. Beber, frequentar bailes funk, ter muitos companheiros, usar roupas curtas e estar sozinha em espaços públicos, são fatores que balizam a interpretação dos agentes da segurança pública, quando a violência é de cunho sexual. Isso provoca uma rede de silêncios das próprias mulheres, que acabam por possuir maior dificuldade de denunciar, pelos questionamentos sobre a veracidade ou não das informações, o que pode resultar no não registro das denúncias (MIRANDA 2017a).

A responsabilização da mulher perante os atos de violência que a vitimam é retratada nos serviços de segurança pública que deveriam protegê-la. Em estudo sobre o olhar dos juízes nas decisões judiciais, autores da área do direito analisaram a existência de preconceito em relação ao comportamento da vítima “os posicionamentos dos magistrados (...) muitas vezes se contradizem entre si e são viciados por um preconceito fundado no pensamento de que, nos casos de violência sexual, a vítima possui uma parcela de culpa” (NASCIMENTO; MELO, 2017, p. 132).

Adensando os estudos que enfatizam a culpabilização da mulher em situação de violência sexual, Blay (2003) registra que os estupros seguidos de morte, retratados em programas televisivos, trazem a acusação do agressor e uma romantização do crime. O próprio uso do termo feminicídio é recente e, não raro, substituído por crime passionai (antiga terminologia que remete ao agressor como um homem apaixonado). Esses veículos tendem a reproduzir a versão de que a "vítima é responsável por sua morte" e, muitas vezes, ao reiterarem imagens e reconstituições dos supostos fatos, exaltam os criminosos (BLAY, 2003).

Além da culpabilização, recai sobre a mulher a "obrigação de cuidado" com as crianças, idosos e pessoas com deficiência pertencentes a seu grupo familiar e, além disso, a forte presença em cursos tradicionalmente chamados de femininos, cuja ofício requer cuidado e proteção ao ser humano, conforme Blay (2002) observou na Universidade de São Paulo. Tais tarefas socialmente reconhecidas como femininas incidem da mesma forma para as mulheres não casadas, que exercem as mesmas funções em relação aos outros membros do grupo familiar, bem como para as mulheres dedicadas a trabalhos religiosos – que servem nas igrejas em funções com as mesmas características ocupadas por mulheres em outros espaços.

O entendimento de que a submissão faz parte da essência feminina, se reproduz numa ideia de "natureza". As feministas materialistas sustentam que tal discurso dominante é ideologicamente sustentado na sociedade capitalista, pela compreensão da mulher em modo estrito. Ou seja, a imagem da mulher restrita a definições rígidas é perpetuada pela ideia de que tais atributos pertencem à sua natureza. Tal fenômeno é cunhado por Guillamin (2014) como "ideia de natureza". O fato de ser mulher vem antes de qualquer outra definição e na ideologia dominante, a mulher é ser apropriado por outrem.

O aspecto ideológico do conflito prático, entre dominantes e dominados, entre apropriadores e apropriados, diz respeito justamente à consciência. Os dominantes em geral negam a consciência dos apropriados e a negam precisamente porque os tomam por coisas. Mais ainda, eles tentam, sem cessar, fazê-los engolir à força a consciência, pois ela é uma ameaça ao status quo; os dominados, por sua vez, defendem-na arduamente e desenvolvem-na por todos os meios possíveis, os mais sutis ou os mais evasivos, inventando, usando artimanhas (as mulheres são 'mentirosas', os negros são 'pueris', os árabes, 'hipócritas'...) para protegê-la e propagá-la. (GUILLAMIN, 2014, p. 71).

Outro fator de opressão à mulher é a negação da consciência. Isso porque a consciência coletiva da condição da mulher, é uma ameaça às diversas opressões. Isso porque

a “ideia de natureza” é defendida de todos os meios possíveis e utiliza a artimanha de diminuir a compreensão dos fatores de opressão, tanto pelas mulheres como pela sociedade em geral.

E é nesse terreno sociocultural, que se constroem as bases para a violência contra a mulher, no sentido de torná-las disciplinadas, violáveis e objetificadas, em termos patriarcais. Quando não consciente da opressão, a mulher tende a permanecer na situação de violência, não porque simplesmente queira, mas porque fatores de natureza material (dependência econômica) ou de natureza relacional (envolvimento afetivo, dependência emocional, medo do preconceito e/ou sentimento de incapacidade) corroboram para a opressão.

Lenore Walker (1979) defende que a permanência da mulher junto ao agressor não deve ser explicada de uma única forma. A opressão se dá numa relação de poder. A autora analisou o “desânimo aprendido” de mulheres em situação de violência na conjugalidade, identificando o que denominou “síndrome da mulher batida”. Trata-se do sentimento de impotência que a própria mulher tem, diante da situação de abuso, que a torna mais propensa a manter-se na relação e menos capaz de escapar. Assim, segundo a autora, para sair do ciclo de violência, a mulher precisa despende de muita energia e contar com uma rede de apoio.

Saffioti (1976) compreende o processo exploração-dominação da mulher como um único processo, com duas dimensões complementares. Ao mesmo tempo em que as mulheres vivenciam a dominação no âmbito do lar, são exploradas do ponto de vista econômico, quando, por exemplo, não possuem condições materiais de se desvincular do companheiro-agressor. É nesse contexto que se processam todos os tipos de violência e igualmente a violência sexual.

Vários fatores contribuem para a manutenção da opressão da mulher em situação de violência nos diferentes setores da sociedade: a falta de acesso à educação, o desemprego, a inserção precarizada no mercado de trabalho, os conflitos no âmbito do lar, a maternidade, o vínculo afetivo com o agressor, entre outros (LISBOA, 2014).

Foucault (1981) amplia a concepção de poder, o que pode ser reportado à análise do poder masculino. Segundo ele, o poder não é apenas exercido pelo Estado, mas perpassa e atravessa as relações sociais. Dentre as quais, as relações entre homens e mulheres. A referência para poder não deve somente indicar um polo ativo e outro passivo, mas demarcar que o poder se exerce em teia, e é contextual.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se

exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. (FOUCAULT, 1981, p. 83).

O autor contribui para a compreensão de que as mulheres em situação de violência não são alvo inerte ou passivo para perpetuação das agressões. Do contrário, estão imbricadas numa malha de relações encadeadas, em que indivíduos exercem poder ou sofrem ação de tal poder.

1.2 Violência Sexual e Sexualidade na perspectiva feminista

Violência sexual é uma das formas de abuso de poder sobre o corpo da mulher. É qualquer ato que force a pessoa a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não consentida, utilizando meios como: intimidação, ameaça, agressão física ou coação (com ou sem objetos perfuro-cortantes). Pode ocorrer em espaços públicos ou privados, em qualquer etapa da vida da mulher; pode ser ainda utilizada para fins comerciais, mediante coação, chantagem, suborno, exploração ou manipulação. É também crime contra a dignidade sexual da mulher, tipificado no Código Penal Brasileiro como estupro⁶, e uma grave violação de direitos humanos (FLEURY, 2015, p. 395).

No contexto em que o poder é referenciado a um sujeito, a violência se torna algo naturalizado, ao ponto de ser entendida como não passível de interferências. Segato (2014) pontua que a crueldade e a desproteção das mulheres aumentam como resultado direto da expansão do mercado e da modernidade. De acordo com a autora, são engendradas novas formas de guerra, em que prevalece o aumento de homicídios de homens e o genocídio ainda mais cruel, das mulheres. Afirma que ser mulher na América Latina é perigoso, utilizando como referência o crescente número de feminicídios, que demarcam a “ocupação depredadora dos corpos femininos no contexto das novas guerras”. (SEGATO 2014, p. 342).

Para essa autora, com as transformações contemporâneas, as guerras não visam mais a vitória e a obtenção da paz; não são somente eventos pontuais. Isso porque os conflitos hoje se perpetuam como uma forma de existência e perpassam toda construção da vida, que é permeada pela tortura, mutilação, exploração e destruição dos corpos das mulheres, com

⁶ Estupro é definido no Código Penal Brasileiro como um crime de ação pública, que consiste em “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (CP, art. 213). Tal tipificação passou a vigorar no título VI, que trata de crimes contra a dignidade sexual, conforme disposto na Lei n. 12.015, de 07 de agosto de 2009.

extrema crueldade. Assim, a violência contra a mulher passou a ser um objetivo estratégico desse novo cenário de guerra, como se estivéssemos na pré-história patriarcal da humanidade – se considerado o genocídio de gênero. (SEGATO, 2014).

O Atlas da Violência (BRASIL, 2018), a partir da análise dos dados do Sistema Nacional de Agravos de Notificação - SINAN⁷, registrou que a violência sexual (estupro) no ambiente doméstico – é mais perpetrada contra crianças e adolescentes do sexo feminino. Indicou também que é menos comum o registro de violência sexual praticada por companheiro (com o qual a mulher tenha vínculo) e é mais ocorrente a prática de violência sexual por agressor desconhecido, no caso de mulheres adolescentes e adultas (BRASIL, 2018, p. 67).

Já Waiselfisz (2015) destaca que 71,8% dos casos de violência contra a mulher ocorrem dentro dos lares, o que torna difícil o reconhecimento de tais violências no espaço público. Quando a agressão ocorre no âmbito privado, a denúncia por parte da mulher, fica comprometida, uma vez que a instituição familiar é concebida como sagrada e preservada na sociedade patriarcal (SAFFIOTI, 2004).

Só em 2016, foram registrados nas polícias brasileiras mais de quarenta e nove mil casos de estupro. Nesse mesmo ano, o Sistema Único de Saúde - SUS registrou mais de vinte e dois mil incidentes dessa natureza, o que representa aproximadamente a metade dos casos notificados à polícia⁸ (BRASIL, 2018, p.56). Os dados registrados, a partir dos atendimentos de saúde, indicam que as mulheres em situação de violência física, cuja agressão deixa marcas, são as que mais procuram o atendimento de saúde. Ao passo que as mulheres que sofreram violência sexual – por medo de exposição – procuram menos ajuda profissional especializada⁹. Algumas mulheres procuram somente a polícia e deixam de buscar o serviço de saúde (WAISELFISZ, 2015).

⁷ O SINAN é um banco de dados que registra os atendimentos de mulheres em situação de violência atendidas pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

⁸ Esses dados se referem somente às mulheres que buscaram atendimento de saúde quando estavam em situação de violência. O Atlas da Violência (2018) considera a subnotificação da violência, tanto na saúde como na segurança pública, e um maior número de casos registrados nas unidades policiais. Como elementos para essa análise, o Atlas da Violência registra que os boletins de ocorrência são mais usuais na rede de proteção à mulher, sobretudo porque a ficha de notificação do SINAN é um instrumental novo, ainda não utilizado em todos os serviços de saúde e, embora a saúde em alguns casos seja o primeiro local acessado pela mulher em situação de violência, nem todas as unidades notificam os casos atendidos.

⁹ O Mapa da Violência 2015, indicou que violência física é a mais notificada pela Saúde, presente em 48,7% dos atendimentos registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN. Em segundo lugar, a violência psicológica, presente em 23,0% das notificações. Em terceiro lugar, a violência sexual, objeto de 11,9% dos registros (WAISELFISZ, 2015).

Como observado nas citadas pesquisas, as estatísticas alertam que a violência é muito presente na realidade das mulheres. E dentre as violências notificadas, a agressão sexual é a que menos chega ao espaço de divulgação em pesquisas de caráter público.

Em pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, registrou-se que no Brasil a cada ano 2,1 milhões de mulheres são espancadas e a cada duas horas uma mulher é assassinada (BRASIL, 2013). Muito embora essa realidade seja fato, ainda é travada uma luta para desconstruir a frase, “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, que por vezes desmotiva o registro das ocorrências. Esse ditado popular representa a naturalização da violência, e a forma como ideologicamente a guerra contra as mulheres é sustentada.

A cada dia esse ditado possui seu sentido bastante esvaziado, mas ainda assim, persiste um imaginário social que corrobora com as diversas modalidades de violência de gênero. Pesquisas como Mapa da Violência (2015) e Atlas da Violência (2018) demonstram que ainda há um longo caminho a percorrer para a redução das violências contra a mulher no Brasil. Demarcam, por exemplo, que a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1). Segundo os dados do Ministério da Saúde compilados pelo Atlas da Violência, foram registrados 4.936 assassinatos de mulheres em 2017, uma média de 13 homicídios por dia, dos quais a maior parte das vítimas (66%) é negra, morta por armas de fogo e, em boa parte dos casos, dentro de casa. (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018). No Tocantins, houve crescimento de 81% de casos de feminicídio. O número de mulheres negras assassinadas também aumentou 19,5%.

Em recente pesquisa realizada na Universidade Federal do Tocantins, Chaves (2018) enfatizou tais dados que demonstram que as mulheres negras continuam morrendo, sendo vítimas mais frequentes da violência de gênero:

É hora da lei enxergar a mulher negra, pois estas mesmas mulheres trabalham mais de quarenta e quatro horas semanais, cuidam da família, sofrem violência doméstica durante a semana e até mesmo nos finais de semana. São as mulheres negras que quando sofrem violência no sábado ou domingo vão até a delegacia e a encontram com a porta fechada. E, quando, tem forças para chegar até a delegacia de plantão, são revitimizadas pelos servidores que naturalizam a violência cotidiana. (CHAVES, 2018, p. 101).

A pesquisa objetivou ampliar a compreensão acerca das particularidades da violência doméstica contra as mulheres negras no Tocantins, tendo em vista o crescimento significativo do número de feminicídios, em contraposição à queda do mesmo fenômeno com relação às mulheres brancas. O trabalho deu visibilidade às narrativas das mulheres sobre suas próprias experiências de violência, apontando fragilidades na rede de atendimento à mulher em

situação de violência. Foram elencados, entre outros pontos, a inexistência de plantão para atender às ocorrências, o despreparo dos agentes de segurança pública, a quase inexistente presença de mulheres no atendimento/ acolhimento das vítimas (CHAVES, 2010). Esse retrato da realidade tocantinense, traçado por Chaves indica que a violência continua sendo uma grave questão social, mesmo depois da vigência da Lei Maria da Penha.

Os altos índices de violências contra a mulher decorrem do processo pelo qual o corpo da mulher é analisado, nos termos de Foucault “qualificado e desqualificado - como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual, este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual, enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social” (FOUCAULT, 1988, p. 99). Conforme o autor, a sociedade burguesa restringe a sexualidade ao lugar da reprodução e confere ao corpo da mulher um tríplice lugar: o da fecundidade regulada; o do espaço familiar; e o da vida das crianças. Esse lugar atribui à mulher a responsabilidade biológico-natural e a considera de forma isolada de seu contexto na vida social.

As sexualidades são socialmente construídas (FOUCAULT, 1988). O lugar da mulher na sexualidade é socialmente construído. Quando o assunto é sexualidade feminina, nenhuma mulher tem autonomia concedida pelo patriarcado. A mulher branca, a negra, a indígena, cada uma delas sofre exploração sexual, objetificação, estupro e negação de autonomia de uma forma. Isso acontece em intensidade relacionada à etnia, à classe socioeconômica, à religião.

A mulher negra vem sendo apresentada nas estatísticas oficiais como grupo mais fortemente impactado pela violência. Bell Hooks (1995) analisando o contexto da mulher negra no processo de escravização assevera:

[...] Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas ‘só corpo, sem mente’. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as ‘mulheres desregradas’ deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. (HOOKS, 1995, p. 469).

Hooks analisa que os corpos das mulheres negras são representados como objetos no imaginário cultural – uma herança da escravidão que persiste nos dias atuais. Outra feminista negra, González (1979), nesse caso, analisando a realidade brasileira, que a representação da

mulher negra está quase sempre vinculada aos estereótipos de servilismo profissional e sexual, semelhante ao que Hooks (1995) afirmava no contexto estadunidense.

A distinção entre sexo e gênero foi importante para o feminismo pois possibilitou o entendimento que papéis sociais e culturais distintos entre os gêneros não poderiam ser explicados pelas diferenças biológicas, ou seja, pelo sexo (BEAUVOIR, 1990). Contudo, em Butler (2003), as teóricas feministas passam a considerar dialeticamente outras determinações que estão postas no conjunto das complexas relações sociais, sexuais e étnicas. Portanto, a mulher não é pensada como essência biológica pré-determinada, anterior à história, mas como identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais. Considera-se aqui, dialogando com Foucault (1988) as práticas disciplinadoras e os discursos/saberes instituintes, que controlam e interditam a visão do “ser mulher”.

A sexualidade é entendida, então, de forma convergente entre a crítica feminista e as formulações de Foucault. Segundo o autor (1988) o exame médico, a investigação psiquiátrica e o controle familiar, visam vigiar e reprimir a sexualidade. Já Butler (2003) acrescenta que não deve haver restrições ao representar mulher. Isso porque a mulher não possui identidade fixa. A autora sugere uma reflexão que deixe em aberto a questão da identidade, algo que não organize a pluralidade, mas a mantenha aberta sob permanente vigilância. Nos termos de Butler (2003):

A desconstrução da identidade não é a desconstrução da política; ao invés disso, ela estabelece como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada. Esse tipo de crítica põe em questão a estrutura fundante em que o feminismo, como política de identidade, vem-se articulando. O paradoxo interno desse fundacionismo é que ele presume, fixa e restringe os próprios sujeitos que espera representar e libertar. (BUTLER, 2003, p. 213).

Numa trajetória de crítica à dicotomia sexo/gênero, Butler chegou ao desmonte da ideia de um sujeito uno e à problematização do conceito “mulheres”, mesmo quando utilizado no plural. A provocação da autora é tentar abarcar outros cruzamentos como raça, etnia, sexualidade, idade, etc., na compreensão interseccional da identidade feminina. Tal conceituação é fundamental para a compreensão da realidade da mulher que sofre violência sexual.

De acordo com Segato (2016, p. 144) a violência sexual deve ser compreendida como uma forma de “violência por meios sexuais”, que envolve não somente a satisfação de uma necessidade sexual dos homens, mas sim uma satisfação do poder masculino sobre o corpo das mulheres. A violação do corpo das mulheres por homens não deve ser

“sexualizada”, no sentido de ser reduzida ao ato sexual. O ato sexual é, assim, um instrumento numa relação de poder. A autora exemplifica que em cenários de guerra, historicamente, o corpo das mulheres é violado como forma de demarcar poder, configurando o que denomina “empoderamento masculino sobre o corpo das mulheres”. Em relação às mulheres negras e indígenas é possível observar a presença de tal violência nos processos de colonização e escravização.

Nesse contexto, conforme destaca Segato “a expressão ‘violência sexual’ confunde, mesmo que a agressão seja executada por meios sexuais, a finalidade da mesma não é da ordem sexual, mas da ordem de poder” (2016, p-18, tradução nossa). A autora argumenta ainda que o estupro coloca a mulher na condição de corpo subjugado e tornado feminino. Tal processo de feminização é construído no imaginário coletivo, a partir das posições conferidas aos homens e às mulheres na vida social (SEGATO, 2016, p-182).

Apesar de estar presente na realidade brasileira desde o Brasil Colônia, o estupro só passou a ter conceito ampliado no Brasil em 2009, quando foi sancionada a Lei nº 12.015, passando a ser considerado não somente como conjunção carnal (penetração pênis na vagina). De acordo com Fleury (2015), até esse marco legal, vigorava como “crime contra os costumes” e a agressão sexual oral, anal ou outro ato libidinoso não eram considerados estupro, mas sim, crime de “atentado violento ao pudor”. Também não se considerava estupro, a agressão sexual, cuja vítima fosse do sexo masculino. Assim, atualmente, os crimes contra a liberdade sexual são os seguintes: estupro (art. 213, CPB - com pena de 6 a 10 anos de reclusão); violação sexual mediante fraude (art. 216-A, CPB); e assédio sexual, sendo o último relativo ao constrangimento sexual de mulheres no mercado de trabalho, mais recorrente quando o agressor é seu superior hierárquico (FLEURY, 2015).

O Dicionário Crítico do Feminismo caracteriza os atos de assédio sexual como:

(...) todas as condutas de natureza sexual, quer sejam de expressão física, verbal ou não verbal, propostas ou impostas a pessoas contra a sua vontade, principalmente em seu local de trabalho, e que acarretam um ataque à sua dignidade. A maior parte desses comportamentos é dirigida contra as mulheres e constitui uma expressão do poder dos homens sobre elas. (HIRATA; LABORIE, 2009, p. 26).

Dessa forma, assédio sexual é mais um recurso para subordinação das mulheres. Não diferente do estupro é também naturalizado no imaginário social, sendo cada vez mais presente nas representações sociais e práticas. Nos casos de assédio sexual, os discursos oficiais culpabilizam a mulher e reforçam estereótipos e preconceitos. A cultura do estupro

não surge de uma ação individual, mas de um fenômeno estrutural fruto de uma aprendizagem machista e de masculinidades hegemônicas que se iniciam desde a infância (SILVA, 2017, p.229).

A Lei nº 12.015/09 criou também a figura penal “estupro de vulnerável” (art. 217-A), que consiste em “ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos”; “induzimento de menor de 14 anos a satisfazer a lascívia de outrem” (art. 218); “satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente” (art. 218-A); e favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável” (art. 218-B). Dessa forma, a relação sexual, mesmo que consentida, com adolescentes com idade inferior a 14 anos ou crianças é também considerada estupro de vulnerável, cuja pena é de 08 a 15 anos de reclusão (FLEURY, 2015).

No Brasil, casos de assédio sexual em espaço público e estupros coletivos tem sido amplamente divulgados pela mídia e tem motivado ampla mobilização social que resultou na Lei nº 13.718 de 25 de setembro de 2018. Essa lei aumentou a pena para os casos de estupro coletivo; para os casos de gravidez em decorrência de estupro e ainda, para os casos de contágio por Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST (somente quando o agressor tinha conhecimento prévio do diagnóstico de DST). A lei criou ainda o crime de “importunação sexual”, prevendo o aumento da pena em um terço, se a agressão for praticada em local público (ônibus ou metrô, por exemplo). Tipifica ainda o crime de “vingança pornográfica”, que se dá quando o agressor expõe fotos íntimas da vítima e/ou divulga cenas de estupro. Define também aumento da pena em igual proporção para os casos de “estupro corretivo”, nomenclatura que se refere ao ato de “punição” impetrada pelo agressor para controlar o comportamento social e sexual da vítima – praticada sobretudo contra mulheres lésbicas.¹⁰

No âmbito internacional, em 1949 a convenção de Genebra ratificou o estupro como crime contra a humanidade. Essa modalidade de violência sexual é punida de forma ainda mais severa em outros países. Na Argentina, a lei foi sancionada em 1999 e estabelece pena de quatro a dez anos de reclusão, com a previsão de aumento da pena para quinze anos, se houver penetração, e para vinte anos, se o agressor for parente da vítima. No Japão, a pena para estupro coletivo não pode ser inferior a quatro anos de reclusão e o estupro tem pena mínima de três anos de prisão, com trabalho. Na Arábia Saudita e no Irã, o acusado é

¹⁰ Disponível em: [<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/09/25/sancionada-lei-que-aumenta-pena-para-estupro-coletivo-e-tipifica-a-importunacao-sexual>]. Acesso em: 26 de jan. 2019.

condenado à pena de morte. Já nos Estados Unidos a responsabilização dos agressores varia muito em cada Estado, podendo ser também condenados à prisão perpétua¹¹.

Os crimes sexuais são muito praticados em diversas partes do planeta, e são produto de uma sociedade que vê o corpo da mulher como algo violável. É por isso que autoras que discutem as relações sociais de gênero, como Adichie (2015) e Bortoloni (2008), têm alertado para necessidade de perceber as representações estereotipadas da mulher em diversos campos. A construção de relações saudáveis entre os gêneros deve partir de processos educativos que desnaturalizem a violência contra a mulher. Tais processos podem também utilizar os meios de comunicação como instrumentos indutores de mudanças.

¹¹ Disponível em: [<https://antigo.idsamericalatina.com.br/noticias/item/682-penas-para-crimes-de-estupro>]. Acesso em: 26 de jan. 2019.

2. A MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL NA NARRATIVA JORNALÍSTICA

É objetivo desse capítulo mostrar que a violência sexual contra a mulher está presente na narrativa jornalística de variadas formas, nas linhas e entrelinhas. Compreendemos que a partir dessa presença, são construídas representações sociais sobre o sujeito que sofre a violência, no caso sobre as mulheres. Optamos por nos referir às mulheres como pessoas em situação de violência sexual, não como vítimas. Isso porque a nomenclatura “mulher em situação de violência sexual” é adotada pelo Ministério da Saúde - MS para se referir à possibilidade de superação da violência, rejeitando a visão de que a mulher é vítima passiva das agressões sexuais (BRASIL, 2005).

Além disso, como destaca Rodal (2015), é preciso evitar falar sempre das mulheres destacando o seu papel de vítimas o que reforça a ideia de que são passivas, débeis, incapazes de se defender e, por tanto vulneráveis.

Esto es un argumento circular que refuerza el imaginario que hace posible la violencia porque cataloga a todas las mujeres como las víctimas perfectas porque son incapaces de defenderse. Natalia Fernández Díaz (2003:121) señala que pocas veces las noticias dicen algo positivo que se refiera a qué han hecho las mujeres para defenderse. Cada vez son más las y los expertos que están poniendo en cuestión esta vitimización constante de las mujeres y muestran otras representaciones y variedad de situaciones en las que las mujeres han sido capaces de defenderse. (RODAL, 2015, p.263).

Parte-se da compreensão que não existem mulheres na condição de vítimas perfeitas ou mulheres que passivamente aceitam a situação de violência. As narrativas sobre violência apresentam também os mecanismos utilizados pelas próprias mulheres em sua defesa, não somente o testemunho inerte das situações que ocorrem em sua vida.

Moscovici (1984) define que uma representação social pode ser ao mesmo tempo individual, pois se reporta a um sujeito, e social, pois existe "na mente e na mídia". Assim, a representação social da mulher em situação de violência sexual deve ser contextualizada e não tomada como um dado individual, visto que está na cabeça das pessoas, mas não é a representação de uma única pessoa, do contrário, pode representar uma compreensão social da “condição de mulher”.

Embora, as pesquisas demonstrem que a violência contra a mulher é mais presente no âmbito doméstico, o fenômeno da violência de gênero deve ser compreendido para além das relações interpessoais e domésticas, pois é produto da estrutura de opressões e

explorações (SAFFIOTI, 2001). Assim, da mesma forma que a violência de gênero integra a estrutura social, numa visão de totalidade, as narrativas jornalísticas são inseridas num dado contexto social. Para Barros (2012) “um ponto importante do conjunto de reflexões de Paul Ricoeur sobre a narrativa histórica refere-se ao fato de que a própria escolha da ordem de acontecimentos, ou a simples decisão sobre que eventos mencionar, pode implicar em trazer para uma narrativa determinados significados” (BARROS, 2012, p. 15).

A construção de narrativas sobre violência sexual não é deslocada da realidade social. Os(as) jornalistas cumprem o papel de selecionar acontecimentos e decidir em que ordem eles ficarão em relação aos outros. Esse processo perpassa as relações interpessoais e as relações de poder, e vai além de um simples registro desinteressado ou neutro.

Determinados agentes ou personagens podem ser constituídos à maneira de protagonistas que ocupam certa centralidade na trama maior; outros podem ter a seu cargo uma participação mínima, digamos que bastante “episódica”, em uma trama. Uma determinada trajetória humana, dentro desta narrativa, pode estar saturada de eventos importantes (e uns mais importantes do que outros); e outra trajetória pode contribuir com apenas dois ou três eventos, ou mesmo se reduzir a uma participação praticamente pontual. (BARROS, 2012, p. 14).

De forma geral, a cobertura da violência deve visar o interesse público e mobilizar a sociedade para o enfrentamento da questão (CRUZ, 2008). Contudo, as diversas versões narradas são construídas conforme intencionalidades, apesar de sempre retratarem fatos reais. A construção dessas narrativas não é um exercício neutro de escrita. Assim, passaremos a analisar a conceituação de narrativas jornalísticas a partir dos estudos de Paul Ricoeur (1994) e Mota (2013).

2.1 Narrativas jornalísticas como narrativas históricas

Na perspectiva de Ricoeur (1994), as narrativas jornalísticas apresentam versões sobre o real, no sentido de traduzir em relatos o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo, os acontecimentos diários e os diferentes personagens. Tais narrativas se assemelham às narrativas históricas e se diferem das narrativas ficcionais, sendo essas últimas, recursos utilizados para representar, por meio da criatividade, elementos que se alimentam do real e partem para o universo irreal – esse é o caso dos livros de literatura, dos filmes, das séries e novelas da teledramaturgia.

O jornalismo se atenta à factualidade, mesmo que em algumas situações utilize recursos ficcionais. As narrativas de fatos reais são capazes de externar pontos de vista, e os colocar em relação a outros, a partir de perspectivas e visões de mundo. Motta (2013) enfatiza que a maioria das coisas do mundo são analisadas num desenrolar lógico e cronológico. Nesse contexto, o jornalismo exerce a função de narrar os fatos reais e históricos, descrevendo-os a partir de sequenciação.

Isso significa dizer que narrar os fatos em tempo cronológico é um exercício de narratividade, pois apresenta uma sucessão de fatos sobre um mesmo assunto. Assim, o discurso narrativo “produz significações e dá sentido às coisas e aos nossos atos, ao estabelecer sequências de continuidade (ou descontinuidade).” (MOTTA, 2013, p. 2).

As narrativas integram ações no passado, presente e futuro, de forma sequenciada, procurando ganhar a adesão do receptor, mesmo que para isso explore os acontecimentos fáticos – para causar o efeito de real; e acontecimentos fictícios para causar efeitos subjetivos e emocionais. Tais efeitos são observados nos produtos veiculados pela mídia, seja no campo ficcional ou no real, a partir da visão de mundo dos jornalistas, produtores, roteiristas e publicitários.

Tanto as narrativas fáticas quanto as narrativas fictícias, utilizam o discurso narrativo para provocar efeitos de sentido. Esse trabalho explorará as narrativas jornalísticas, portanto, analisará as narrativas de fatos reais. Para Motta (2013) a comunicação narrativa é um dispositivo de argumentação, que se constrói na relação entre os sujeitos, ou seja, uma matéria de jornal não é deslocada da visão do mundo do jornalista e da linha editorial do veículo.

Parte-se da compreensão que a narrativa jornalística é construída a partir de uma estratégia textual e se configura como instrumento de poder e hegemonia. A produção de um texto, portanto, não é um exercício desinteressado de escrita, mas a construção de argumentos intencionais, a partir de direcionamentos ou pontos de vista. Nessa linha de análise, Motta (2013) enfatiza que a utilização de jogos de linguagem, o retardamento do desfecho, o ritmo da narração, as explicações causais, o uso de dados, a escolha dos personagens e outras atitudes organizativas do texto, vão indicar as intenções do narrador.

Analisando a narrativa histórica e com a preocupação de diferenciá-la da narrativa ficcional, Ricouer (1994) traz contribuições sobre a relação entre o tempo vivido e a narração. Para ele, a narrativa histórica organiza o tempo e produz uma forma de representação. Tal representação não parte de um plano já traçado, mas se movimenta dialeticamente com o tempo, a partir das ações e das escolhas dos personagens. Nessa lógica, o “não-narrativo” sequer existe, ou seja, o tempo vivido se sustenta na narrativa e o que não é narrado, não está

na história. A narrativa traz no seu escopo os personagens que fazem parte de seu enredo. Mostra-nos uma história na qual as decisões são tomadas na própria história, ao longo do tempo, e não antes da história. Essa incapacidade de saber o final, difere da narrativa ficcional – que já traz dentro de si todos os planos a serem realizados.

Utilizando a análise Ricoeuriana, é possível inferir que a narrativa histórica se apresenta como um discurso cuja intencionalidade aponta para o real. Assim, não se utiliza da ficção, embora possa reivindicar para si o “duplo estatuto de realidade e ficção” (RICOEUR, 2010). A narrativa jornalística é formada por uma trama constituída de diversos episódios, interligados entre si, e relacionados com o enredo mais amplo. Essa constituição da narrativa é denominada por Ricoeur de “totalidade significativa”. Cada narrativa é singularizada pelo jornalista, a partir de seleções operadas na língua, que carrega em si uma rede de potenciais narrativos. Isso porque o processo de construção das narrativas é complexo e heterogêneo, sobretudo por se entrelaçar à totalidade dos fatos. Os acontecimentos não são isolados do contexto.

Para Ricoeur (2010, p. 93), o sentido da narrativa está na possibilidade de retratar aspectos humanos da experiência temporal. O tempo torna-se “humano” quando é “organizado à maneira de uma narrativa”. Nas palavras do autor: “O tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plena quando se torna uma condição da existência temporal.” Assim, na perspectiva de Ricoeur, o tempo nos permite narrar e dar sentido às experiências. Quando traduzido em uma narrativa, o tempo passa a ser humano e compreensível, do contrário, seria indecifrável.

Conforme Carvalho e Lage (2014), os fundamentos da hermenêutica narrativa ricoeuriana são constituídos principalmente pelos conceitos de “mise en intrigue” e de “mimese”, termos interpretados a partir da poética Aristotélica. O primeiro termo se refere à tessitura da intriga, trata da organização dos fatos em uma totalidade histórica e temporal. Já a mimese é a forma como a experiência prática é representada, ou seja, uma representação narrada dos acontecimentos. Para Ricoeur, narrar é realizar uma atividade mimética (de representação da experiência), a partir da tessitura da intriga.

Cal e Lage (2015) destacam que as narrativas jornalísticas relacionadas à violência e exploração aproximam o leitor do sofrimento humano e das injustiças. Para eles, as narrativas jornalísticas que pautam o sofrimento humano privilegiam as abordagens do fotojornalismo e do telejornalismo. Isso porque o uso das imagens corrobora para a representação particular

dos fatos, contudo enfatizam, numa perspectiva crítica, que o jornal impresso ou o jornal online também possuem representações que devem ser analisadas.

Lage (2013) destaca que as narrativas jornalísticas exercem o papel de instâncias mediadoras do sofrimento do outro. Em sua compreensão, as fontes exercem o papel de testemunhas que sobreviveram a determinada experiência-limite. O espaço de fala da testemunha pode, ao mesmo tempo, aproximar e afastar o leitor. “(...) permanece em aberto o problema relativo ao papel instituído ou assumido pelo testemunho do sofrimento nessas narrativas, especialmente no que ele permite conhecer e compreender a respeito dos regimes de visibilidade (...)” (LAGE, 2013, p. 86).

Assim, o jornalismo também se torna uma modalidade de testemunho ao retratar histórias de sofrimento humano:

o testemunho que o jornalismo insiste em nos apresentar se torna um fenômeno que, ao mesmo tempo, provoca-nos e nos ajuda a provocar; fenômeno problemático e problematizador do modo como experiências-limite são configuradas diante de nossos olhos por essas narrativas, fazendo de nós testemunhas de outros testemunhos, fazendo do jornalismo uma modalidade de testemunho e fazendo dos outros testemunhos submetidas aos regimes jornalísticos do ver e do contar. (LAGE, 2013, p. 85).

Sobre as narrativas jornalísticas que pautam crimes violentos, Carvalho e Martins (2016) enfatizam que a visibilidade dos crimes se dá muito mais pela espetacularização das notícias, do que “pela proposição de debates em torno de estratégias políticas, socioculturais e comportamentais para o seu enfrentamento e desejável erradicação” (CARVALHO, MARTINS; 2016, p. 145). Como contraponto à banalização do sofrimento de outrem, sugerem a inclusão de conteúdo mais educativo nas notícias, como por exemplo, o depoimento de especialistas em direitos humanos, direito, sexualidade, relações de gênero e outras áreas do saber.

Cardoso (2015) destaca que tais estratégias também contribuiriam para a melhoria da cobertura da violência sexual contra a mulher, visto que, em larga escala, as notícias sobre o tema apresentam discursos que procuram motivações nas ações das vítimas para explicar (e ou justificar) a violência ocorrida, incorrendo em (re)vitimizações.

Embora os indivíduos não sejam passivos diante das narrativas jornalísticas, é preciso entender que os meios de comunicação ocupam espaço privilegiado sobre o que vai ser compreendido como “verdade” na sociedade (MOTTA, 2013). As representações sociais são percebidas de maneira particular por cada indivíduo, a partir de sua trajetória de vida, suas

histórias, suas vivências familiares e comunitárias. Contudo, o conteúdo das narrativas jornalísticas ou programas de rádio e TV são produzidos, editados por empresas de comunicação que se situam em dado setor político e econômico. Tal processo, nos leva a não dissociar o conteúdo de cada veículo, de sua origem e intencionalidade (MOTTA, 2013).

Assim, para além de uma preocupação restrita ao discurso e às discursividades, o jornalismo e suas narrativas acionam a produção e a disputa de sentido. Ou seja, na perspectiva de Ricoeur, a compreensão das narrativas jornalísticas está mais relacionada ao entendimento da comunicação jornalística como uma forma de mediar o tempo, que relacionada ao estilo descritivo e narrativo. No próximo subitem passaremos a relacionar as narrativas jornalísticas com o debate de gênero.

2.2 As narrativas jornalísticas e sua relação com o debate de gênero

A responsabilidade social dos veículos de comunicação reside no fato de que as narrativas jornalísticas podem contribuir para o acesso aos direitos humanos. Teixeira (2008) enfatiza que a comunicação está intrinsecamente relacionada com a ampliação da democracia, visto que o acesso universal à informação pode contribuir para a garantia de outros direitos humanos.

Além de ampliar direitos, os veículos de comunicação podem demandar políticas públicas. Assim, Teixeira (2008) enfatiza que a comunicação é entendida como um direito humano – cada indivíduo tem o direito de ter acesso a informações, a recebê-las com qualidade e de forma diversa/ plural; tem direito a produzir informações e a participar dos processos de decisões políticas que envolvem o campo da comunicação (ou outros).

A comunicação é também um campo de produção de consensos sobre determinados assuntos. Fundamentado no conceito de hegemonia do filósofo italiano marxista Antonio Gramsci, Moraes (2010) enfatiza que a comunicação é um campo que opera na formação de consensos e atua na propagação de ideologias, exercendo papel importante na difusão de valores e cultura.

Já Lima (1996) enfatiza que os *media* são instrumentos importantes para a globalização econômica e cultural, uma vez que se processam como o setor mais dinâmico da economia internacionalizada, tanto pela rápida veiculação, como pela canalização de investimentos dos conglomerados transnacionais. Atualmente, a telecomunicação, os *mass media* e a informática ampliaram ainda mais o alcance do campo das comunicações, fazendo

com que os efeitos da comunicação sejam sentidos pelas pessoas independente de gênero, faixa etária, raça ou classe social.

Estudos de mídia podem contribuir para a compreensão do poder político no mundo contemporâneo (LIMA, 1996). No Brasil, a grande mídia é concentrada em grupos que representam o poder econômico e político. Tal concentração é notada na TV aberta ou rádio, onde a concessão de outorgas de funcionamento, privilegia grupos que historicamente se mantêm no poder econômico, e como consequência, obtêm a direção cultural das empresas de comunicação e exercem influência sobre a população mais pobre. A concentração é notada em menor escala, em veículos impressos ou virtuais, como jornais, uma vez que nesses veículos há a linha editorial e as influências de escrita de cada jornalista. Independente disso, o campo das comunicações é um campo em disputa, onde a maior parte do conteúdo atende aos interesses culturais de classe e gênero dominantes (MORAES, 2010; PRAZERES 2012; SALES, 2009).

Nota-se que a cobertura mais aprofundada sobre a violência contra mulher com uma perspectiva de gênero ocupa mais espaço nos meios de comunicação alternativos, tais como blogs, sites de relacionamento e fóruns de discussão, mesmo que esses meios sejam recentes no Brasil. Sobre os meios de comunicação alternativos, Santos (1992) destaca: “a única possibilidade de escapar à visão de mundo projetada pelos meios de comunicação se encontra nas manifestações culturais oriundas das camadas mais pobres da população ou na utilização de meios alternativos”. (SANTOS, 1992, p.23)

Diferente do Brasil, a Argentina possui tanto veículos alternativos destinados a pautar questões de gênero, como o *Diario Digital Femenino*¹², associações e redes voltadas para as discussões de comunicação e gênero, dentre as quais se destacam a *Asociación Civil Comunicación para la Igualdad*, *Periodistas de Argentina en Red – Por una comunicación no sexista* e a *Rede Internacional de Periodistas con Visión de Género da Argentina*. O país possui também editorias especializadas nas discussões de gênero em jornais de grande circulação como o *Jornal Perfil*¹³, da capital Buenos Aires.

No Brasil, o debate e as ações efetivas para tornar a comunicação mais igualitária caminham lentamente. Como veículo alternativo especializado em jornalismo na perspectiva de gênero, podemos destacar o *Portal Catarinas*¹⁴ que surgiu em 2016, destinado a produzir notícias especializadas em feminismo e gênero. Antes do *Portal Catarinas*, podemos destacar

¹² *Diario Digital Femenino*. Disponível em: [<https://diariofemenino.com.ar/>]. Acesso em: 16 jun 2019.

¹³ *Perfil*. Disponível em: [<https://www.perfil.com/seccion/igualdad/>]. Acesso em: 16 jun 2019.

¹⁴ *Portal Catarinas*. Disponível em: [<https://catarinas.info/nossa-historia/>]. Acesso em: 16 jun 2019.

como primeira experiência em uma discussão especializada das questões de gênero, no âmbito de um jornal de grande circulação, o Blog da Igualdade¹⁵ criado em 2014. O blog foi um canal criado no âmbito do jornal Correio Braziliense em sua versão on line. Não há no país uma rede nacional com atuação em todos os estados, voltada para as discussões de comunicação e gênero.

Em 2009, em um esforço capitaneado pela Articulação Mulher e Mídia, que reúne entidades do movimento de mulheres de todo o estado de São Paulo, foi realizado o Seminário Controle Social da Imagem da Mulher na Mídia que resultou na criação da Rede Mulher e Mídia,¹⁶ em uma tentativa de promover a incidência no governo federal para criação de políticas públicas de comunicação e gênero. A rede não avançou e o que podemos inferir é que o contexto político da época, marcado pelo monopólio das comunicações que ainda persiste no país, não permitiu esse diálogo mais efetivo dos movimentos feministas com o governo federal, na pauta da comunicação na perspectiva de gênero.

Nos meios de comunicação se processa a violência de gênero. Como instrumento de reprodução da ideologia do gênero dominante, a mídia constrói um imaginário social em que a violência simbólica é invisível às próprias mulheres, e nos termos de Chaher (2016), nem sempre se utiliza de força física ou repressão declarada, para se perpetuar:

Mediante la violencia simbólica los sectores dominantes mantienen su posición de poder sin recurrir a la violencia física, mediante la construcción e imposición de ciertos estereotipos, creencias, valoraciones, conductas y representaciones, luego asimilados por toda la sociedad y convertidos en su imaginario. De este modo, la dominación de un grupo sobre otro, se camufla se hace aceptable, se legitima y se naturaliza. De la misma manera, la dominación de los hombres sobre las mujeres es asumida como natural y legitimada por toda la sociedad, alimentando y justificando la desigualdad y la violencia (CHAHER, 2016, p. 16)

A violência simbólica contra a mulher é legitimada de forma silenciosa nas narrativas jornalísticas e perpassa o imaginário social, alimentando e justificando a violência de gênero. O estupro, uma das expressões da violência sexual de gênero, é silenciado nas estatísticas oficiais, mas está presente na mídia, como uma narrativa de sofrimento em que a própria mulher é colocada no centro do debate.

¹⁵ Blog da Igualdade. Disponível em: [<http://blogs.correiobraziliense.com.br/igualdade/>]. Acesso em: 16 jun 2019.

¹⁶ Rede Mulher e Mídia. Disponível em: [<http://mulheremidia.org.br/a-rede/>]. Acesso em: 16 jun 2019.

Uma sociedade que naturaliza a ofensa sexual de mulheres – presentes em músicas que fazem apologia ao ato sexual sem consentimento – também produz a naturalização do estupro. O corpo estereotipado da mulher é objeto de desejos retratado em diversos espaços midiáticos, seja na propaganda como produto agregado a objetos de venda, seja nas narrativas de jornais e revistas, como personagens. (SOUZA, OLIVEIRA, NASCIMENTO & CARVALHO, 2013).

A representação da imagem da mulher na mídia não se dá somente em relação ao desejo sexual, mas também em relação à sua participação na vida social como um todo. É um processo mais amplo de subordinação. A mídia exerce o poder de reprodução de estereótipos sexistas – uma valorização do masculino em detrimento do feminino que pode ser percebida em várias situações como em campanhas publicitárias, noticiários de televisão, novelas, revistas, jornais e demais instrumentos de comunicação. Eles são responsáveis pela reprodução cultural de valores e crenças que impõem a superioridade ou a inferioridade de uma raça, classe social ou gênero (MORAES, 2010).

Nesse contexto, embora considere-se que nem sempre há intencionalidade dos jornalistas, os meios de comunicação “[...] condensam valores de uma dada sociedade, os conflitos típicos de determinadas relações sociais, estereótipos e práticas sociais do nosso cotidiano” (NOVAES, 2012, p.110). Azevedo e García (2011) destacam que a violência contra a mulher e a luta das mulheres no combate à violência têm tomado espaço na agenda midiática. Assim, observa-se que a violência sexual e violência doméstica são matérias constantes na televisão, jornal, rádio, teledramaturgia, entre outros. Segundo as autoras, a presença dessas temáticas na mídia resulta do amplo movimento social de ruptura com o silêncio, onde o estímulo para a denúncia perpassa também o debate amplo na sociedade.

Lima (1996) considera que a centralidade na vida humana é uma característica marcante aos meios de comunicação, sobretudo a partir do final do século XX. Assim, a representação imagética ou textual de dada realidade, ao mesmo tempo que retrata situações da vida humana, produz (ou reproduz) representações no imaginário social, num processo de contribui para a construção coletiva da identidade dos sujeitos.

Os imaginários sociais constituem (...) pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz e através do qual (...) ela se percebe, divide e elabora os seus próprios objetivos. É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais;

exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de 'bom comportamento', designadamente através da instalação de modelos formadores (...). Assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma 'ordem' em que cada elemento encontra o seu 'lugar', a sua identidade e a sua razão de ser (...). (BACZKO e ALMOND apud LIMA, 1996, p. 242).

Os imaginários sociais são produzidos pela coletividade e designam a identidade dos sujeitos, seus papéis e posições sociais, funcionando como dispositivos de controle da vida coletiva. Ou seja, o que vemos na TV, ouvimos no rádio ou lemos nos jornais, revistas e internet fazem parte de um ambiente simbólico que constrói modelos e impõe crenças comuns que impactam nossa visão de mundo e sociedade.

Bourdieu analisa esse tipo de violência camuflada nas instituições e nos meios de comunicação e a nomeia como violência simbólica que pode ser definida como:

Violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma prioridade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele. (BOURDIEU, 1999, p.7-8).

Para ele, os sistemas simbólicos – instituições, Estado, família, religião e meios de comunicação – são responsáveis pela reprodução cultural que muitas vezes, impõem a superioridade ou a inferioridade de uma raça, classe social ou gênero. É esse mesmo contexto de reprodução, que propaga a “cultura do estupro” que, longe de ser uma nova cultura, consiste num ambiente social favorável ao estupro, onde a agressão sexual é naturalizada, mesmo não havendo consentimento da mulher, num processo que retira a responsabilidade do agressor. A justificativa para tal naturalização é o comportamento da vítima que foge ao padrão de normatividade machista, colocando a mulher na situação de “provocadora” do estupro.

Lira e Veloso (2008) enfatizam, tendo como aporte teórico os estudos de Bourdieu, que o poder dominante que rege os meios de comunicação está por toda a parte, legitimando e produzindo a violência simbólica, que resulta na imagem social atribuída à mulher na mídia e na perpetuação de uma pseudo igualdade entre os gêneros. Analisam ainda campanhas de

publicidade, citando o exemplo da propaganda de cerveja e as variadas formas de objetificação do corpo da mulher.

A influência de uma representação social depende, sobretudo de seus meios de propagação. Bourdieu (1997) enfatiza que para garantir a dominação simbólica, é importante o controle dos meios, além de outros mecanismos de persuasão, pressão e inculcação de valores e crenças. Os cenários de representação são estruturados, a partir da produção de consensos hegemônicos sobre o lugar, as pessoas e/ou as práticas sociais. Lima (1996), analisando os cenários de representação política, enfatiza que da mesma forma, existem cenários de representação de gênero (masculino/feminino) e cenários de representação de etnia (branco/negro), onde determinados valores são consensuados, de forma a definir significações sobre os sujeitos, atribuindo-lhes funções sociais.

É nestes "cenários de representação" que são construídas publicamente as significações relativas aos gêneros (masculino/feminino), às etnias (branco/negro/amarelo), às gerações (novo/velho), à estética (feio/ bonito) à violência, à modernidade, etc. etc. Desta forma, podemos ter o CR-G, Cenário de Representação dos Gêneros, o CR-E, Cenário de Representação das Etnias e assim por diante. O que nos interessa, em particular, é a construção pública das significações relativas à política, vale dizer, o CR-P, Cenário de Representação da Política. (LIMA, 1996, p. 244).

As representações sociais estão por toda a parte – presentes nos discursos, nas palavras proferidas no ambiente doméstico ou na esfera pública; são veiculadas em mensagens e imagens midiáticas; são cristalizadas em condutas; e estão presentes nas formas como operam as instituições. Isso porque dão significado público a determinadas questões da vida humana.

A interação entre os veículos de comunicação e seus receptores se dá por meio de contrato de leitura. O referido contrato é estabelecido desde a capa do jornal e segue ao longo do texto em seu formato, no estilo próprio de redação, na linha editorial e nos posicionamentos políticos do veículo diante dos acontecimentos. Segundo Verón (2004, p. 106), “conscientes ou inconscientemente, os produtores parecem concentrar na operação de enquadramento de alguns aspectos críticos do processo de produção do texto”.

Embora considere as diversidades culturais, sociais e intelectuais dos leitores, Verón (2014) destaca que o leitor escolhe seu caminho na análise da narrativa jornalística:

o conceito de contrato de leitura implica que o discurso de um suporte de imprensa seja um espaço imaginário onde percursos múltiplos são propostos ao leitor; em uma

paisagem, de alguma forma, na qual o leitor pode escolher seu caminho com mais ou menos liberdade, onde há zonas nas quais ele corre o risco de se perder ou, ao contrário, que são perfeitamente sinalizadas (2004, p. 216).

Segundo o autor, ao longo de todo o seu percurso de leitura, o(a) leitor(a) encontra personagens diferentes, com as quais tem o desejo de estabelecer uma relação em maior ou menor grau, conforme a representação social que o veículo atribui a cada personagem. Para ele, contrato de leitura são as regras e sentidos captados pelo(a) leitor(a), a partir das narrativas jornalísticas. Assim, à medida que o(a) receptor(a) lê as notícias, vai produzindo sentido nas linhas e entrelinhas, conforme seu repertório de conhecimento e história anterior (repertório esse que é também construído na interação com a mídia).

Porto (2006) enfatiza que é relevante investigar quais valores, crenças e sentidos estão em disputa no contexto social em que as condutas violentas se desenvolvem. Problematisa que a violência é a forma mais imediata de resolução de conflitos. “Exemplo de um desses valores e de seus desdobramentos em termos de prática social: a não de todo ultrapassada cultura da virilidade, muito bem expressa no ditado popular ‘homem que é homem não leva desaforo pra casa’”. (PORTO, 2006, p. 262).

A autora enfatiza que a violência, como fenômeno social, não possui somente uma dimensão objetiva, ou seja, o fato em si (e seu contexto de existência), mas dimensões subjetivas que perpassam toda motivação para o conflito. Ou seja, as representações sociais são construídas de forma subjetiva no imaginário social e possuem relação com um dado contexto ou ambiente, objetivamente dado. A análise da representação social pode desvelar os sentidos que os atores (agressores ou vítimas da violência) atribuem às suas representações e às suas práticas. Isso posto, é possível compreender na junção dos fatores subjetivos com os objetivos (ambiente, contexto, situação, estruturas), a lógica a partir da qual esses atores agem e praticam ações violentas.

Os meios de comunicação atuam nessa superestrutura subjetiva – não como componente objetivo da violência, mas como instrumento que contribui para a representação social, tanto da vítima como do agressor. Assim, a narrativa jornalística não traz somente um problema linguístico e textual, mas um problema de intencionalidades. Como enfatizou Bourdieu (1997), os jornalistas têm seus óculos particulares através dos quais veem certas coisas e não outras, e veem de uma certa maneira as coisas que veem. Operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado.

O aparato institucional que permeia o discurso é capaz de classificá-lo como discursivo ou não (FOUCAULT, 2012). Assim, a narrativa jornalística torna oficial uma

versão dos fatos, ou seja, uma representação das situações de violência. O discurso, na visão de Foucault, é um encadeamento entre significantes e outros discursos externos. A narrativa jornalística atua, assim, na formação de consensos entre os receptores desse discurso, difundindo de determinada visão de mundo acerca do fenômeno da violência, uma vez que opera na reprodução desse imaginário, objetivando a consolidação e propagação de determinada regra, norma ou valores.

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2012, p. 10).

Nesse contexto, em que o discurso ocupa centralidade na vida social, o poder de fala institucional pode interferir nas inter-relações entre os indivíduos e entre as instituições. Dessa forma, determinadas estratégias discursivas sobre a violência, tais como o uso de dados e o uso de relatos que produzem confiabilidade à notícia, podem conquistar a confiança do leitor. A partir desses fundamentos teóricos, serão discutidos a seguir os estudos sobre a violência sexual na narrativa jornalística.

2.3 A violência sexual na narrativa jornalística

A violência sexual contra a mulher, foco desse trabalho, encontra espaço de divulgação nas narrativas jornalísticas. A pesquisa de Dornelas (2017) indicou que, diferente de outros crimes, as narrativas jornalísticas sobre violência sexual contra a mulher não se limitam a relatar o fato e os passos da investigação. Além da descrição do crime, o passado, a história e a trajetória de vida das mulheres em situação de violência são colocados no centro do debate. Assim, problematiza, a autora que sua condição de vítima é questionada, num processo de culpabilização.

Ao analisar a mídia impressa, Landini (2006) alertou que o mesmo processo de culpabilização, também denominado re-vitimização, ocorre na mídia impressa desde o início do século XX, quando os crimes sexuais contra crianças e adolescentes eram noticiados com termos que denotam um pré-julgamento da vítima. Segundo a autora, atualmente há um

esforço analítico e de neutralidade na produção das notícias sobre violência sexual, fato que demonstra uma alteração nas narrativas sobre violência sexual. Contudo, de acordo com sua pesquisa, ainda é possível observar a presença de “sentimentos sociais” no texto, que corroboram para os questionamentos sobre o contexto de vida das mulheres que sofreram violência – suas roupas, o número de parceiros, o estilo de vida e lazer.

Sousa (2005) destaca que a violência é frequentemente retratada nos meios de comunicação ora de forma espetacularizada, com reforço à crueldade do agressor, ora com apelo à identificação com a vítima ou com superdimensionamento dos casos. Procurando diminuir o tratamento espetacularizado e garantir o exercício de uma função social para a mídia, pesquisas em comunicação (CARDOSO; VIEIRA, 2014; LANDINI, 2006) já indicam que o papel da imprensa vai muito além de relatar fatos noticiosos e ocupa a posição educativa de informar e apresentar alternativas – como, por exemplo, a divulgação das políticas públicas.

Em 2016 um caso de estupro coletivo no Rio de Janeiro foi amplamente pautado no noticiário nacional. Tratava-se de um episódio de violenta agressão sexual impetrada por 30 homens contra uma adolescente de 16 anos. Dornelas (2017) analisou as narrativas jornalísticas sobre o caso e constatou que além dos fatos, a própria garota foi questionada em sua condição de vítima, sobretudo por seu comportamento íntimo, sua origem familiar, sua vestimenta e o modo de se relacionar com o sexo oposto. Percebe-se nesse contexto, que a produção da notícia também pode delegar a responsabilidade da violência à vítima.

Landini (2006) destaca que desde o passado, é possível observar uma preferência por divulgar casos envolvendo meninas na fase da infância e adolescência. Somente a partir da década de 90, os jornais passaram a noticiar a violência sexual com o esforço analítico e pretensão de neutralidade. Assim, as narrativas jornalísticas sobre estupro passaram a relacionar esse tipo de crime à violência física, evidenciando também a análise das causas do crime e o perfil do agressor (LANDINI, 2006).

Blay também aponta alterações na forma e conteúdo das narrativas jornalísticas sobre a violência:

O segredo da violência é desvendado cada vez mais para o conhecimento do público. A imprensa, que anteriormente tinha uma posição de desconfiança para com a mulher, enfatizando por vezes que ela era a culpada da violência e da própria morte, progressivamente foi se modificando, tornando-se investigativa e abandonando os antigos julgamentos que condenavam a vítima. (BLAY, 2008, p.216).

Ao longo da história, nota-se significativa alteração na forma de narrar episódios fatídicos de violência contra a mulher. Isso porque, o jornalismo passou a preocupar-se com a contextualização dos fatos, com o desvendamento das causas e com a tessitura de intrigas. Houve um crescimento no número de textos jornalísticos sobre violência sexual, um aumento nos tipos de violência retratados, uma maior profundidade na análise dos casos e o incremento dos textos, com o uso de dados quantitativos e diversidade de fontes. Contudo, ainda é possível identificar narrativas jornalísticas com traços de superficialidade. Bruck (2012) destaca que muitas vezes o jornalismo não aprofunda os debates e tem a superficialidade como marca. “O superficial não inclui o essencial – é ingênuo em relação a este. Ignora-o para, somente assim, viabilizar-se técnica e discursivamente (...)” (BRUCK, 2012, p.64).

Quando ultrapassa a superficialidade, o relato da imprensa leva os crimes sexuais à arena pública, ao debate social, a partir das argumentações tecidas na narrativa jornalística ou em outros meios de comunicação. Mesmo estando na arena pública, as narrativas sobre crimes sexuais apresentam traços inacreditavelmente privados, visto que, em alguns casos, a vítima e sua família são rotulados como desestruturados, como se houvesse um contexto favorável à agressão (DORNELAS, 2017). A narrativa jornalística cumpre o papel de retirar do anonimato e da esfera privada crimes sexuais ocorridos no ambiente doméstico, comumente invisibilizados. Esse processo publiciza e politiza os casos de violência contra a mulher, quando tais narrativas são retratadas, cumprindo um papel de denúncia e responsabilidade social.

Para (MOURA, 2013, p. 30), os veículos de comunicação possuem um contrato com o(a) leitor(a) e podem legitimar a violência contra a mulher, tanto na cobertura jornalística como na construção simbólica geral das relações de gênero. É importante observar que ao longo de toda a programação de determinado veículo, podem ser verificados modelos e representações sobre a mulher, que alimentam a situação de violência.

Muitas narrativas sobre violência contra a mulher, privilegiam a divulgação de casos, cujas personagens, na condição de vítima, são crianças e adolescentes e ressaltam traços inexplicáveis e excepcionais dos crimes, tais como as relações de parentesco entre a vítima e o agressor. A ênfase na relação de parentalidade ou proximidade agressor/vítima estabelece um elo de cumplicidade com os leitores, ao demonstrar a sua indignação diante dos crimes. Em alguns casos informações como a relação de parentesco com a criança são divulgados – informações que deixam as crianças expostas, visto que podem levar à sua identificação (MOURA, 2013, p. 91).

Autores como Vandijk (2015) e Fairclough (1996) ressaltam as mudanças verificadas em todos os campos da atuação humana e as alterações nas práticas discursivas e no uso da linguagem. Nota-se que o discurso tem se modernizado e é cada vez mais estratégico na política, no trabalho, na propaganda e na mídia. (FAIRCLOUGH, 1996). As narrativas jornalísticas sobre violência sexual são também repletas de discursividade. Moita Lopes (2002, p. 18) enfatiza que a mídia atua num movimento que favorece uma percepção de homogeneidade em que por um lado, divulga a possibilidade de identidades múltiplas, e por outro constrói uma visão de homogeneidade que engessa os modos de ser, no que tange à perspectiva de gênero. Segundo a autora, isso se processa da mesma forma que se naturaliza culturalmente os atributos identitários da mulher e do homem.

A representação da mulher na mídia cristaliza uma visão do que é ser mulher na sociedade brasileira. Com o uso da tecnologia em diversos espaços midiáticos, é possível verificar análises sobre o envolvimento da mídia na divulgação de casos de violência sexual contra a mulher. O site institucional da Câmara de Deputados, por exemplo, divulgou uma reportagem em 2010 sobre a revelação de um caso de violência sexual contra uma figura pública.

Joana Maranhão, nadadora, revelou para a mídia que foi abusada sexualmente por um professor, quando tinha apenas nove anos. O veículo enfatizou que levou quase dez anos para a vítima conseguir revelar publicamente seu trauma. No caso em questão, que ganhou amplo destaque, a narrativa deu voz à mulher que aproveitou a grande exposição na mídia, para alertar as pessoas sobre a violência sexual contra crianças. Além disso, sua fala tornou pública a existência de manchetes sensacionalistas, elaboradas por parte da imprensa.

Eu fiquei um pouco confusa, porque na época que meu caso veio à tona teve muita gente querendo transformar aquilo num melodrama, numa novela. 'Ó coitadinha! Ó, será que ela está falando a verdade? Será que ela está falando isso pra ter mídia? ' E, no fundo, o que eu quero é só que a minha história sirva de exemplo, eu quero mostrar para outras pessoas que eu passei por isso. Que hoje eu sou uma pessoa melhor também por isso e que existe vida após isso. Muita gente fala assim: 'Eu não consigo ser uma mulher como as outras, eu não consigo confiar meu filho a professor nenhum porque eu passei isso quando criança'. Você não pode desconfiar do mundo inteiro porque um doente fez isso¹⁷.

Importante observar o amplo destaque que o discurso proferido por uma pessoa pública ocupa nas narrativas jornalísticas. Essa situação de violência sexual ocorrida há 10 anos atrás só foi divulgada, por se tratar de personalidade pública, visto que o jornalismo

¹⁷ Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/383207--ABUSO-SEXUAL---O-PAPEL-DA-MIDIA-(0531).html]. Acesso em 26 de mar de 2019.

privilegia noticiar fatos ocorridos no tempo presente (MOURA, 2013). A reportagem, cuja personagem é Joana Maranhão, finaliza enfatizando a iniciativa da ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância, visto que a instituição realiza todo ano um concurso que premia os melhores projetos de reportagem sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Outra situação de violência sexual ocorrida em setembro de 2017¹⁸ ganhou ampla repercussão nos veículos nacionais de comunicação. Trata-se do caso de um homem que ejaculou em uma mulher em metrô em São Paulo. O crime, foi posteriormente denominado como importunação sexual e o agendamento do tema na mídia, foi um dos fatores que impulsionou a aprovação da Lei Federal nº 13.718/18. A Lei tipifica como crimes a importunação sexual e a divulgação de cenas de estupro. A ampla divulgação do tema nos veículos de comunicação e a pressão dos movimentos feministas em redes sociais, possibilitou a inclusão do Projeto de Lei - PL n.º 5452/16 na pauta da câmara dos deputados. A aprovação do Projeto de Lei, de autoria da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), se deu seis meses após o agendamento do crime nas redes sociais, nos jornais, nas rádios e redes sociais. Assim, compreende-se que a mídia pode ser estimulada a dar voz às reivindicações dos movimentos de mulheres, quando há uma cobrança permanente.

Como observado na literatura da área, a violência de gênero está presente nas narrativas jornalísticas e se apresenta em todas as esferas da vida social. É retratada também em livros didáticos de história. Oliveira (2017) identifica episódios históricos de violência sexual contra a mulher, no contexto de grandes guerras, retratados em livros de história. A autora indica que tais materiais didático-pedagógicos são também indutores da cultura do estupro, visto que o crime é retratado ali como algo despreocupante e inevitável no contexto das guerras. A narrativa do livro “Nova História Crítica”, de autoria de Mário Schimdt (2008),¹⁹ retrata episódios de violência sexual contra a mulher, ocorridos na Guerra dos 30 anos, como expressão de coragem e força masculina. Além desse, menciona diversos outros materiais utilizados em escola públicas e privadas, com o mesmo conteúdo.

Analisando a apologia indireta ao estupro, a autora (OLIVEIRA, 2017) defende que a violência sexual é histórica e construída e pode ser também desaprendida. Afirma que determinadas narrativas factuais podem educar a sentir, ver e analisar a violência sexual como um problema complexo.

¹⁸ Disponível em: [<https://oglobo.globo.com/brasil/homem-presos-em-flagrante-apos-ejacular-em-passageira-de-onibus-em-sp-21876977>]. Acesso em: 01 de abr de 2019.

¹⁹ Disponível em: [http://ftp.fn.de.gov.br/web/livro_didatico/pnlem_2008_historia.pdf]. Acesso em: 18 fev 2019.

(...) é necessário um olhar atento aos sentidos constitutivos dessas representações, bem como às suas abordagens e representações em sala de aula, pois os livros didáticos, assim como os filmes, a publicidade, as histórias em quadrinhos, os jogos virtuais, a mídia, a internet e a televisão na contemporaneidade podem promover uma pedagogia da crueldade ao retratar a violência como algo a histórico, banal e natural (OLIVEIRA, 2017, p. 134).

Oliveira (2017), ao se apropriar das reflexões conceituais de Segato (2016), destaca que os livros didáticos e os meios de comunicação podem promover uma “pedagogia da crueldade”²⁰ ao estampar a violência contra a mulher como algo não construído socialmente. Representações imagéticas e textuais de violências contra a mulher, ao longo da história, sem conteúdo de crítica e contestação, podem naturalizar o fenômeno.

Como um contraponto à representação do homem como herói – quando pratica violências, a representação da mulher como boazinha, como alguém que não pode expressar livremente suas opiniões, como pessoa que está atrás do marido, contribui para o silêncio e continuidade das violências. Gênero ainda é uma questão quase invisível para educadoras e educadores; invisível também para determinados jornalistas e formadores de opinião. A formação para as questões de gênero, seja na educação básica como também nos cursos de jornalismo, somada à articulação dos movimentos feministas na pauta comunicação e gênero, poderia influenciar a forma da produção da notícia e também contribuir para a transformação dos valores culturais da sociedade. Por isso, Adichie (2015) ao refletir sobre o papel educador dos genitores pontua:

Ensinamos as meninas a serem agradáveis, boazinhas, fingidas. E não ensinamos a mesma coisa aos meninos. É perigoso. Muitos predadores sexuais se aproveitam disso. Muitas meninas ficam quietas quando são abusadas, porque querem ser boazinhas. Muitas meninas passam tempo demais tentando ser “boazinhas” com pessoas que lhes fazem mal. Muitas meninas pensam nos “sentimentos” de seus agressores. Esta é a consequência catastrófica de querer agradar. Temos um mundo cheio de mulheres que não conseguem respirar livremente porque estão condicionadas demais a assumir formas que agradem aos outros (ADICHIE, 2015, p. 18).

Assumir a forma que agrada outros é uma das maneiras em que se processa a submissão da mulher que a coloca num contexto favorável à situação de violências. Na contemporaneidade, a luta das mulheres fez emergir diversas estruturas e serviços de proteção

²⁰ Termo cunhado por Rita Laura Segato (2016). Apresentado mais detalhadamente ao longo desse trabalho, se refere às diversas formas de subordinação da mulher.

que podem indicar novos caminhos às mulheres que almejam ultrapassar a condição de vítima. Tais serviços caminham na direção de torná-las fortes para superar a situação de violência. Assim, a violência passa a ser entendida como uma situação pontual que pode ser superada.

As narrativas jornalísticas descrevem acontecimentos que envolvem sofrimento humano e ao mesmo tempo, promovem a compaixão para com os indivíduos (LAGE, 2013). Com o crescimento da violência urbana, a mídia, cada vez mais, noticia fatos que envolvem o sofrimento humano, sobretudo o sofrimento das mulheres. Contribuindo para o debate de mídia e violência, Miranda (2017a) enfatiza a necessidade da adoção de uma perspectiva de gênero nos meios de comunicação:

Adotar uma perspectiva de gênero nos meios de comunicação tem muitos significados, e aqui destaco alguns: trabalhar uma comunicação que não seja sexista, trabalhar pela maior difusão dos temas de gênero dentro dos meios de comunicação, abrir novos espaços com este enfoque, capacitar trabalhadoras e trabalhadores dos meios de comunicação na perspectiva de gênero, refletir sobre a presença da mulher na comunicação, sobretudo no que tange à maneira como ela é representada nas matérias, reportagens, entrevistas, notícias etc (MIRANDA, 2017a, p. 359).

Miranda (2017a) reconhece a existência da violência simbólica contra a mulher na mídia e sugere a adoção da perspectiva de gênero nos meios de comunicação. Um dos pontos levantados pela autora é a responsabilidade que os veículos devem ter de divulgar as políticas públicas para as mulheres, dar espaços às pautas e às vozes das mulheres, no sentido de garantir a presença da mulher na comunicação, de forma não estereotipada. A autora demarca que como direito humano, a comunicação deve garantir a liberdade de expressão das mulheres e ainda divulgar outros direitos existentes.

Chaher (2016) aponta que a mídia contribui na formação de um consenso que legitima o masculino em detrimento do feminino:

La estereotipación alude a la transmisión y reproducción de categorías que establecen determinados mandatos sobre las cualidades que deben tener las personas, de acuerdo a su identidad de género femenina o masculina, simplificando la realidad y limitando la posibilidad de diversidad: las personas que se identifican con el género femenino deben ser “femeninas” y abocarse a tareas como las domésticas y familiares, a su vez deben ser frágiles, sumisas, dependientes, emocionales, fieles acompañante de su pareja (“detrás de un gran hombre hay una mujer”, pero nunca puede ser una gran mujer por sí misma, sólo apoyando y estando por detrás del hombre). Por su parte quienes tienen una identidad de género masculina deben ser masculinos, vigorosos, partícipes activos de la vida pública y poco vinculados a sus emociones. Se transmite a través de los medios una

valorización favorable hacia lo masculino en detrimento de lo femenino (CHAHER, 2016, p. 18).

A cobertura jornalística da violência sexual requer um tratamento adequado para não revitimizar a vítima. A Defensoria del Publico de Servicios de Audiovisual na Argentina²¹, por exemplo, possui um guia para o tratamento responsável dos casos de violência contra as mulheres onde destaca várias recomendações como evitar a sexualização midiática da mulher em situação de violência. No que se refere ao tratamento de casos que envolvem adolescentes o guia destaca:

Prescindir de coberturas sexualizantes es especialmente importante en el caso de las víctimas adolescentes, cuya vulnerabilidad es frecuentemente operacionalizada en el ámbito mediático como forma de presentarlas como sujetos que merecen o merecieron la violencia debido a su apariencia física y/o a sus formas de vinculación con el sexo y el placer. Así, resulta fundamental no trazar un manto de sospecha sobre el comportamiento de las mujeres jóvenes, lo que puede redundar en una justificación implícita de la violencia ejercida contra ellas (Guía para el tratamiento responsable de casos de violencia contra las mujeres, p. 25, 2016)²²

A publicação destaca dessa maneira que a cobertura jornalística sobre os casos de violência sexual contra as mulheres exige a adoção de formas adequadas e responsáveis de abordar midiaticamente tal violência, em uma perspectiva de direitos humanos, que seja respeitosa com as pessoas vivem ou viveram uma situação de violência, para não vulnerabilizá-las ainda mais. Diferente da Argentina, no Brasil não há um guia similar no âmbito do Governo Federal e nem no âmbito da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), que é a federação que representa a categoria dos jornalistas e das jornalistas no país. O trabalho de gerar e propor mecanismos e ferramentas para promover os direitos comunicacionais das vítimas, assim como das audiências, tem sido realizado, por meio de pesquisas nos âmbitos dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação pelo país e pela atuação dos movimentos feministas e pela democratização da comunicação.

A violência sexual, assim como as demais violências de gênero, está presente nas narrativas jornalísticas. As diversas representações da mulher, já referidas aqui, são a base

²¹ Criada a partir da Ley dos Medios funciona como uma espécie de observatório, ouvidoria pública dos serviços de comunicação audiovisual na Argentina. A missão da *Defensoría del Público*, conforme descrito no site do órgão, é promover, difundir e defender o direito a uma comunicação democrática dentro dos meios de comunicação audiovisuais em todo o território nacional, ou seja, garantindo que os direitos do público sejam respeitados e que a comunicação seja democrática no país (NOGUEIRA, 2018).

²² Guía para el tratamiento responsable de casos de violencia contra las mujeres. Disponível em: [https://defensadelpublico.gob.ar/guia-para-el-tratamiento-periodistico-responsable-de-casos-de-violencia-contra-lasmujeres]. Acesso em: 10 mar 2019.

invisível para que a violência ocorra; sustentam e banalizam o comportamento do agressor, promovendo por vezes uma violência simbólica (invisível até para as vítimas). As situações de violência sexual expostas na mídia, sem um aprofundamento sociológico, crítico e mobilizador da opinião pública, podem contribuir para a banalização desse tipo de crime. No próximo capítulo iniciaremos a análise das narrativas jornalísticas sobre violência sexual, procurando visualizar a reconstituição de tais acontecimentos em um veículo tocantinense.

3. A NARRATIVA JORNALÍSTICA SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL NO JORNAL DO TOCANTINS

O objetivo desse capítulo é analisar a narrativa jornalística sobre violência sexual no periódico de maior circulação do Estado do Tocantins - Jornal do Tocantins. O Jornal do Tocantins foi o periódico escolhido por ser o mais antigo e abrangente veículo de comunicação em âmbito estadual. Conforme Teixeira (2003), o Jornal do Tocantins - JTO foi fundado em 18 de maio de 1979, antes mesmo da criação do Estado do Tocantins. Circulava no então norte de Goiás, sobretudo na região de Araguaína e adjacências. Em 1989 se expandiu para a capital provisória, Miracema, e desde então, passou a ser vendido nas bancas e também por intermédio das assinaturas.

um dos objetivos da empresa, no que se refere ao Jornal do Tocantins, é trabalhar campanhas que reforçam os seguintes pontos: provocar e criar o hábito de ler nas pessoas, visto que o jornal é um ótimo meio de informação; segmentar o público-alvo (estudante/ universitário/criança/homem/mulher); facilitar a aquisição de assinaturas; estimular novos anunciantes; destacar os colunistas, cadernos especiais e classificados (TEIXEIRA, 2003, p.35).

O Jornal do Tocantins é um periódico que exerce um papel na formação de opinião no Estado do Tocantins, em razão da sua representatividade. Foi também escolhido por Gomes (2018) para realizar sua pesquisa sobre a cobertura jornalística da violência contra a mulher no Tocantins. A referida pesquisa analisou matérias jornalísticas sobre os diversos tipos de violência de gênero, identificando que boa parte das notícias divulgadas se referiam ao estupro de mulheres. Segundo o autor, “ao organizar visualmente a contagem de tipo de violência, é notório o pico nas ocorrências de notícias sobre estupro, alcançando um total superior a 60 ocorrências no período observado” (GOMES, 2018, p. 55).

Gomes (2018) analisou as estatísticas locais sobre os diversos tipos de violência contra a mulher, oriundas sobretudo da Secretaria de Segurança Pública do Tocantins, e avaliou as notícias que alcançaram o status de narrativa jornalística. Identificou que os casos de violência contra a mulher com maior gravidade ou repercussão, chegam à mídia tocantinense. Já a presente pesquisa, dá continuidade à análise, e busca destrinchar as narrativas jornalísticas sobre a violência sexual e, diferente de Gomes (2018), utiliza sobretudo, dados originários do Sistema Único de Saúde.

Foram analisadas notícias publicadas na versão eletrônica do Jornal do Tocantins no período compreendido entre janeiro de 2016 e junho de 2019. A escolha do ano de 2016 como marco inicial da análise, se deu porque no referido ano três casos atendidos no Serviço de Atenção Especializada a Pessoas em Situação de Violência Sexual – SAVIS em Palmas – local de trabalho da pesquisadora – foram amplamente divulgados pelos meios de comunicação local no Estado do Tocantins e, portanto, reuniam elementos suficientes para serem englobados na análise. Os demais anos (2017/2018/2019) foram acrescentados como recorte temporal da pesquisa, em razão da escassez de notícias sobre violência sexual no Jornal do Tocantins, assim como também em outros veículos de comunicação locais (GOMES, 2018). Mesmo considerando a pequena amostra de notícias, o estudo não foi inviabilizado, visto que as ausências são dados analíticos que produzem efeitos. Assim, o material coletado passou por uma análise de conteúdo e de narrativa, de acordo com os critérios propostos.

3.1 As estatísticas locais sobre violência sexual

O Estado do Tocantins desde 2011 dispõe de um Serviço de Atenção Especializada a Pessoas em situação de Violência Sexual - SAVIS. Situado no Hospital e Maternidade Dona Regina, o Serviço atende pessoas de ambos os sexos e faz uso da ficha de notificação compulsória do SINAN, que entre outras doenças e agravos, registra os casos de violência sexual contra a mulher no Tocantins. Cabe destacar que é o único hospital do estado a oferecer o aborto nos casos previstos pela lei, ou seja, aborto em situação de gravidez decorrente de estupro. Esclarece-se que embora o SAVIS se destine a atender pessoas em situação de violência sexual, esse setor registra ainda outros tipos de violência – física, psicológica, tráfico de seres humanos, exploração sexual comercial, estupro de vulnerável, quando perpetradas contra mulheres atendidas no Serviço. Contudo, para fins de análise dessa pesquisa, utilizaremos somente os dados sobre violência sexual.

A referida ficha de notificação compulsória do SINAN é tabulada pelo Ministério da Saúde e possui suas informações divulgadas no site institucional, balizando intervenções e pesquisas no campo das violências. A coleta de dados é feita pela equipe das unidades de saúde em âmbito local. Lisboa (2014), ao se debruçar sobre o trabalho das equipes de saúde que atendem mulheres em situação de violência, registra que o atendimento de saúde é buscado principalmente nos casos de violência sexual (70% dos dados registrados no SINAN

em 2011). Segundo a autora, o Sistema Único de Saúde - SUS é mais procurado quando o estado de saúde da vítima é afetado, quando se apresentam lesões e maior fragilidade em razão das agressões:

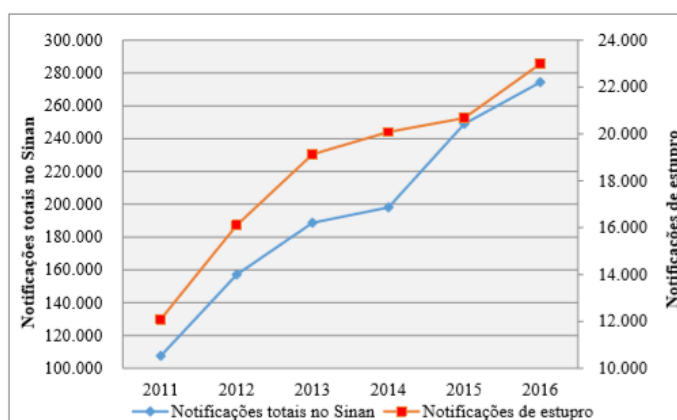
A maioria das mulheres em situação de violência chega aos serviços que prestam atendimento com muita vergonha e grande dificuldade de falar sobre o seu padecimento (...) é necessário que a situação apresentada pelas mulheres seja acolhida, qualificada e tratada com respeito e sigilo profissional. (LISBOA, 2014, p. 48-49)

O SAVIS é um serviço de referência para atendimento de mulheres em situação de violência sexual, residentes no Estado do Tocantins. Apesar de ter sede física em Palmas, atende todas as regiões do Estado e tem entre suas atribuições, a notificação dos casos de violência sexual, utilizando uma ficha de notificação compulsória (padrão do Ministério de Saúde - MS). Sobre a ficha de notificação compulsória do SINAN, o Atlas da Violência registra:

trata-se de uma fonte de dados muito rica, posto que pode ser acompanhada temporalmente e embute informações não apenas das vítimas, mas de sua relação com perpetradores e outras características situacionais. Naturalmente, há que se ter cautela na interpretação, uma vez que não há garantias que as relações aí observadas sejam estimativas não enviesadas do que acontece no universo. (BRASIL, 2018, p. 58)

A notificação dos casos de violência sexual atendidos pelo Sistema único de Saúde - SUS é um importante recurso de comunicação intersetorial entre a rede de atendimento à mulher. Isso porque a ficha de notificação do SINAN é compartilhada com órgãos da rede de proteção, as delegacias de polícia e o ministério público, por exemplo. Além disso, é um instrumento essencial para a construção de dados estatísticos relacionados às diversas formas de violência. Especificamente, em relação à violência sexual, a notificação possui o valor essencial de dar visibilidade a um fenômeno que usualmente está na invisibilidade. Na figura abaixo, destaca-se o número de notificações de violências e de estupros no país de 2011 a 2016.

Figura 1: número de notificações de violências e estupro (2011-2016).



Fonte: Microdados do Sinan/Dasis/SVS/Ministério da Saúde. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Fonte: Atlas da violência (BRASIL, 2018)

O Atlas da Violência (BRASIL, 2018) utilizou os dados do SINAN e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP para analisar a ocorrência de violência sexual no país. A pesquisa destacou que os casos de violência contra a mulher são subnotificados. Registrou que, em 2016, no Brasil a violência sexual foi mais notificada pelas instituições de segurança pública – os dados se originavam do registro da ocorrência em Delegacia de Polícia. Já no Tocantins, a maior quantidade de registros se originou do SINAN (733 casos em 2016), ao passo que o FBSP registrou 385 casos. Essa pesquisa de âmbito nacional vem indicar a expansão e o aprimoramento dos centros de referência e unidades de saúde pública que atuam na proteção da mulher em situação de violência, o que tem reverberado num maior acesso das mulheres aos serviços especializados que efetivam a notificação do SINAN. Indicou também que há diferenças particulares no Estado do Tocantins, que caracterizam o maior registro de casos pela saúde pública (BRASIL, 2018).

Para Minayo (2007, p 21), a violência “não é um fenômeno abstrato: ela é concreta e ocorre em cada estado e em cada município de forma específica”. Assim, dados referentes a casos ocorridos no Estado do Tocantins, ainda que subnotificados, demonstram as características desse fenômeno social na realidade local. Considera-se também que ainda não existe um estudo específico sobre a cobertura da violência sexual pelo Jornal do Tocantins e ainda não há cruzamento das estatísticas oficiais do Tocantins com os casos que estampam as páginas dos veículos de comunicação.

Sobre as estatísticas produzidas a partir dos dados coletados no SAVIS do Hospital e Maternidade Dona Regina, observa-se que o serviço atende pessoas em situação de violência

sexual e registra os atendimentos em duas modalidades: 1. Admissão - que se refere aos casos novos que chegaram ao Hospital no ano de referência; 2. Atendimento ambulatorial - que se refere aos casos em acompanhamento multiprofissional no Serviço, cujas pessoas retornam para atendimento pelo período médio de três meses.

Quadro 1.Total de Atendimentos SAVIS - TO			
Ano	Admissões	Atendimento ambulatorial	Total de atendimentos
2016	197	761	958
2017	253	960	1.213
2018	281	848	1.129
2019*	126	825	951

Fonte: Secretaria Estadual de Saúde, SAVIS – HMDR, 2019

*Atendimentos até junho de 2019

Observa-se na tabela 1 que o volume de pessoas que buscaram o Serviço de Saúde tem aumentado. O quantitativo de atendimentos em 2016, repassados pela Secretaria Estadual de Saúde, difere um pouco dos dados apontados no Atlas da Violência (BRASIL, 2018). Isso pode ocorrer porque as equipes de saúde deixam de preencher a ficha de notificação compulsória do SINAN, em alguns dos casos atendidos. Assim, o número de casos atendidos em 2016 é superior ao registrado oficialmente no SINAN.

Os dados estatísticos sobre a violência sexual no Tocantins foram pauta de uma narrativa jornalística no Jornal do Tocantins, no início de 2018. Datada de dezesseis de janeiro, com o título “Casos de violência sexual atendidos em Palmas aumentam 28,4% em 2017”²³, a matéria apresentou o Serviço de Atendimento Especializado a Pessoas em Situação de Violência Sexual - SAVIS, informou o horário de atendimento, destacando que o serviço fica de portas abertas por 24h, atendendo em regime de plantão – incluindo finais de semana e feriados. Explicou ainda a existência de atendimento de urgência, com uso de profilaxia específica para evitar doenças sexualmente transmissíveis em até 72 horas, após a agressão sexual; detalhou a existência de atendimento médico, ambulatorial, psicológico e social. Divulgou ainda o endereço e telefone do Serviço.

Segundo a narrativa jornalística, o SAVIS em 2017 registrou um aumento de 28,4% de casos atendidos em relação a 2016. A matéria explica, a partir de dados da Secretaria Estadual de Saúde, a existência de 253 admissões, ou seja, pessoas que procuraram o serviço pela primeira vez.

²³ “Casos de violência sexual atendidos em Palmas aumentam 28,4% em 2017”. Disponível em: [https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/casos-de-violencia-sexual-atendidos-em-palmas-aumentam-28-4-em-2017-1.1440487]. Acesso em: 18 de mar 2019.

Outra matéria,²⁴ intitulada “Casos de estupro aumentam no TO”, referente a estatística, também foi divulgada em agosto de 2018, sobretudo motivada por duas situações: 1. aniversário de 12 anos da Lei Maria da Penha e 2. Divulgação do 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, com estatísticas oficiais de violência urbana.

Segundo a matéria de autoria da Jornalista Elaine Jardim, datada de 10 de agosto de 2018, em 2017 o Tocantins teve 584 casos de estupro, registrados pelas instituições oficiais de segurança pública, figurando como o 10º estado brasileiro com maior índice de estupros. O destaque da matéria é para o aumento de 23,4% dos casos em relação a 2016, cujos registros da Segurança Pública identificaram 468 casos. O veículo destaca que a média de estupros no Tocantins é três vezes maior que a média nacional (8,4%). Os dados estão longe de refletir os casos que são transformados em notícias no mesmo veículo, que apresenta a estatística das ocorrências no período analisado, o que motiva a reflexões sobre quais as características dos casos que ocupam espaços nos meios de comunicação e dos casos que não são transformados em pauta e ainda refletir se a visibilidade aos referidos casos é benéfica para a problematização sobre o assunto.

De fato, é crescente o número de casos de violência sexual que saem da invisibilidade, mas nem sempre eles são pauta das narrativas jornalísticas. O relatório da Secretaria Estadual de Saúde apontou gradual crescimento nos atendimentos realizados pelo SAVIS - do Hospital e Maternidade Dona Regina, desde sua criação. De 2012 a 2017 houve um aumento expressivo nos atendimentos admissionais do Serviço e conseqüentemente, um aumento na taxa de notificação. O Atlas da Violência (BRASIL, 2018, p. 59), indicou que no mesmo período cresceram nacionalmente, tanto o número de centros de saúde que tiveram pelo menos uma notificação (124,2%), quanto o número de municípios que passaram a possuir notificações (73,5%).

No que se refere aos agressores, os dados nacionais indicam uma leve queda na proporção de casos de estupro com um único agressor e aumento na proporção de casos de estupros coletivos (BRASIL, 2018, p. 62). No período analisado, o SAVIS - TO registrou no SINAN o atendimento de apenas um caso de estupro coletivo que foi relatado no Jornal do Tocantins, como será analisado a seguir.

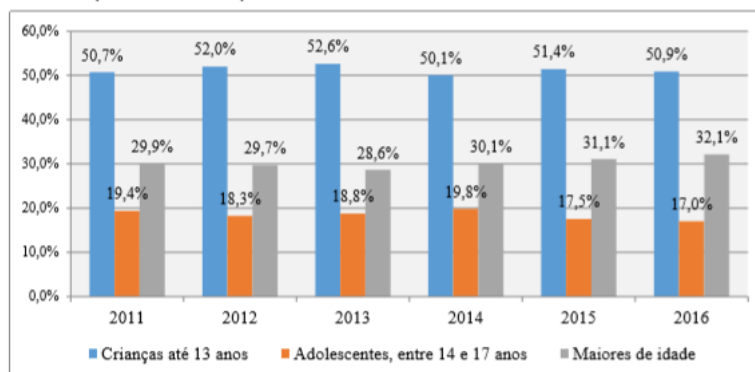
Essa mesma pesquisa identificou que no período de 2011 a 2016, considerando a faixa etária das vítimas, a proporção de vítimas adolescentes (entre 14 e 17 anos de idade) sofreu redução, apesar de ter crescido entre 2012 e 2014. Todavia, a parcela de vítimas adultas

²⁴ Casos de estupro aumentam no TO - Jornal do Tocantins. Disponível em: [https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/casos-de-estupro-aumentam-no-to-1.1592092]

absorveu boa parte dessa queda, enquanto a porcentagem de vítimas crianças (até 13 anos) obteve virtual estabilidade (BRASIL, 2018, p. 63).

Figura 2 -Brasil: distribuição percentual das vítimas de estupro, segundo faixa etária (2011 a 2016).

Gráfico 6.8 – Brasil: distribuição percentual das vítimas de estupro, segundo faixa etária (2011 a 2016)



Fonte: Microdados do Sinan/Dasis/SVS/Ministério da Saúde. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Fonte: (BRASIL, 2018)

No que se refere à relação de proximidade entre o agressor e a vítima, em 2016 observou-se que a maioria dos casos de estupro contra crianças é cometido por amigos/conhecidos (30,13%), dentre estes estão citados os familiares próximos, como pais, irmãos e padrastos. “Na fase adolescente e adulta, prevalecem casos com autor desconhecido (32,50% e 53,52%, respectivamente), enquanto constam como a segunda maior ocorrência casos em que amigos/conhecidos são os agressores, sendo, na devida ordem, 26,09% e 18,82%” (BRASIL, 2018, p. 67).

Assim, compreende-se que a violência sexual tem crescido assustadoramente na realidade Tocantinense, acometendo sobretudo pessoas do sexo feminino na infância e adolescência, contudo, a frequência de casos que se tornam notícias é mínima, como será visto na análise das narrativas jornalísticas do Jornal do Tocantins.

Para organização da análise, foi adotado como procedimento a análise de conteúdo das notícias individualmente, contemplando cada matéria de acordo com a sua cronologia temporal; e a análise da narrativa em bloco ao final da análise de conteúdo.

3.2 Tratamento e análise dos dados

O ano de 2016 foi o que mais apresentou cobertura jornalística de casos de violência sexual contra as mulheres no Tocantins. Três casos de grande repercussão social estamparam a versão eletrônica do Jornal do Tocantins. Um desses repercutiu em âmbito nacional e chegou ao Programa Fantástico da Rede Globo de Televisão. Outros tiveram desdobramentos em veículos diversos e matérias que davam conta de destrinchar o enredo, dos detalhes do fato à responsabilização dos acusados. Esse ano foi definido como marco para início da pesquisa, estendendo-se até 2019.

Os critérios de seleção das matérias foram os seguintes: 1. Busca pelas palavras-chave “violência sexual”; 2. Identificação de notícias que o próprio site ou algum jornalista do site assinava; 3. Inclusão na amostra das notícias que relatavam casos de violência sexual ocorridos no Tocantins, cuja personagem vitimada era uma pessoa de sexo feminino, em qualquer fase da vida; 4. Inclusão de matérias que relatavam o desdobramento dos casos de violência sexual contra a mulher, tais como repercussão do caso, prisão do agressor, entre outras. Dessa forma, um mesmo caso pôde ser identificado em duas ou mais matérias, dependendo de sua repercussão.

Foram excluídas da amostragem notícias de violência sexual ocorridas fora do Tocantins, bem como matérias informativas sobre atividades da rede de atendimento à mulher ou à criança e ao adolescente. Desconsiderou-se também qualquer notícia que utilize o termo “violência sexual”, mas não se refira a um caso verídico de violência sexual praticada contra mulheres em qualquer fase da vida.

Verificamos que o campo de busca do Jornal do Tocantins não faz a pesquisa de frase exata e sim de palavras que compõem a frase. Assim, após a localização das notícias, foi realizada a leitura integral da narrativa para seleção das matérias que relatavam casos fatídicos de violência sexual. Após a seleção das notícias foi identificado o lugar da notícia no jornal – em que gênero jornalístico se enquadram, em que caderno do jornal estavam inseridas. O lugar da notícia no jornal é um dado relevante, considerando que existe uma hierarquia de espaços no mesmo. Por exemplo, notícias que ganham o espaço da capa do jornal costumam ser mais destacadas, enquanto notícias que ocupam o caderno de cultura, por exemplo, não ocupam o mesmo patamar de importância. Nos termos de Cunha (2017 apud SHUEN; MIRANDA, 2018, p. 139), “a capa é a página mais importante de um jornal, tendo em vista que nela localizamos as principais informações e destaques de todos os fatos que serão noticiados no interior do impresso.”

Com o uso das palavras-chave “violência sexual”, foram identificadas um total de cento e setenta matérias jornalísticas, sendo: a) cinquenta e duas matérias publicadas no ano de 2016; b) cinquenta matérias publicadas no ano de 2017; c) trinta matérias publicadas no ano de 2018; e d) trinta e oito matérias publicadas no ano de 2019. Após a leitura das matérias, empregando os critérios de seleção acima descritos, verificou-se que somente 23 matérias referiam-se à violência sexual praticada no Tocantins contra pessoa do sexo feminino, em qualquer fase da vida²⁵.

Assim, o *corpus* dessa análise foram 23 narrativas jornalísticas, sendo: doze matérias publicadas em 2016; três matérias publicadas em 2017; oito matérias publicadas em 2018. Até junho de 2019, o Jornal do Tocantins não havia publicado nenhuma narrativa jornalística sobre violência sexual contra a mulher ocorrida em 2019.

Todas as notícias do ano de 2018 estão localizadas na “coluna estado”, parte do Jornal destinada a registrar fatos ocorridos em âmbito estadual, sendo que três são assinadas pela redação do Jornal; cinco por jornalistas do periódico. Em 2017, duas matérias figuraram na “coluna estado” e uma na coluna “vida urbana”, essa última se referia a um caso de assalto a residência, cuja ocorrência resultou em estupro de uma moradora. Apenas uma narrativa construída em 2017 foi assinada nominalmente por uma jornalista. Das demais, uma se originou da redação do Jornal do Tocantins e uma da redação de “O popular” – jornal goiano do mesmo grupo.

Em 2016 as narrativas jornalísticas se concentraram em maior quantidade na coluna “vida urbana” (07 matérias). Quatro narrativas foram construídas na “coluna Estado” e uma matéria na “coluna mundo”. Quanto à autoria das matérias foram: 07 assinadas por jornalistas do periódico; uma matéria da redação do Jornal do Tocantins; e quatro matérias da redação do grupo “O popular”. A tabela 2 apresenta as características gerais das narrativas construídas no periódico em 2016.

²⁵ Para essa pesquisa foram incluídos os casos de violência sexual praticados contra meninas e adolescentes, visto que esse público é o que mais aparece como vulnerável na estatística nacional. (BRASIL, 2018)

Quadro 2. Categorização das narrativas jornalísticas - ano, 2016

Idade da vítima	Relação de proximidade com o agressor	Adjetivos atribuídos à vítima	Cronologia da agressão	Lócus da agressão	Cidade da agressão	Presença de Dados/orientações	Presença de falas institucionais
06	Padrasto	Nada Consta	Dia da prisão	Parque da Cidade	Araguaína	Não	Sim. Delegacia de Polícia
Mulher jovem - idade não informada	Desconhecido menor de idade	Nada consta – servidora pública, jovem, saindo do trabalho	Data da violência e desdobramento em quatro matérias	Praça dos Girassóis	Palmas	Sim	Sim. Delegacia de Polícia e OAB
15	Desconhecidos, Múltiplos agressores	Nada consta	Data da violência e desdobramento em duas matérias	Via pública, matagal	Palmas	Não	Sim. Delegacia de Polícia, Secretaria de Segurança Pública e OAB
6 e 08 anos	Desconhecido, ex-senador de 67 anos	Nada consta	Data da divulgação no Fantástico	Casa do agressor	Guaraí	Sim	Não. Somente fala do agressor e do pai das vítimas
11 anos	Desconhecido 28 anos	Nada consta	Data da prisão do agressor	Não divulgado	Palmas	Não.	Sim. Delegacia de Polícia
07 anos	Adolescente, não menciona o vínculo	Nada Consta	Data da apreensão do adolescente	Não divulgado	Bom Jesus do Tocantins	Não	Sim. Secretaria de Segurança Pública
14 anos	Desconhecido, vereador da cidade	Nada consta	Dia da prisão do agressor	Não divulgado	Palmeirante	Não	Sim. Delegacia de Polícia
9 meses	Conhecido da família, 20 anos	Menciona que o bebê foi encontrado com sangue na fralda	Dia da prisão do agressor	Casa da vítima	Araguaína	Não	Sim. Delegacia de Polícia

Fonte: Própria autora, 2019.

Foi ainda analisada a quantidade de matérias referente a um caso. Esse foi considerado um indicador da importância que o veículo dá a um caso específico. Em 2016 houve produção de novas matérias explicativas sobre um caso de violência sexual, ocorrido no dia 01 de junho. Para Antunes e Lara (2013, p.195 apud OLIVEIRA, 2016, p. 62), os casos comoventes “desdobram-se por vários dias no espaço restrito dos jornais. Se alcançam tal feito, é sinal de que a sociedade também deve lhes dedicar especial atenção”.

Matéria divulgada na quarta-feira, 01 de junho de 2016, servidora pública, nome não divulgado, que trabalha em órgão na Praça dos Girassóis em Palmas que é a sede administrativa do Governo do Estado do Tocantins foi feita refém, violentada sexualmente e teve seu carro roubado. Foi surpreendida quando estava saindo do trabalho. A narrativa do jornal destacou que o primeiro atendimento foi realizado pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, sequenciado do encaminhamento da mulher a uma equipe especializada em violência sexual no Hospital e Maternidade Dona Regina. Nessa narrativa observa-se o

destaque dado ao atendimento de saúde ofertado à mulher em situação de violência sexual. Diferente das demais narrativas que circundam a responsabilização do agressor, se atendo mais aos elementos fatídicos do crime.

A matéria afirmou ainda que a Comissão de Direitos Humanos da OAB estava acompanhando o caso e a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher -DEAM estava fazendo diligências para identificar a autoria do crime. A inclusão da figura institucional OAB é também um diferencial no caso, visto que relatam que a servidora pública é advogada e saía do trabalho no momento do crime. O relato do caso no Jornal do Tocantins se desdobrou em quatro matérias que retrataram desde o fato, ao cuidado com a vítima e prisão do agressor. Uma das matérias pautou a repercussão do caso junto à população, com o título: “População protesta contra violência à mulher”. Outra matéria pautou ainda a força-tarefa realizada pela polícia: “Forças policiais se unem para solucionar caso de servidora estuprada”.

Figura 3: Fragmento da página da matéria “População protesta contra violência à mulher”

Jornal do Tocantins (63) 9997-2522 | BUSCAR | JANEIRO | ANUNCIE AQUI | ASSINE JÁ

CAFA | POLÍTICA | ECONOMIA | MUNDO | VIDA URBANA | ESPORTE | MAGAZINE | OPINIÃO | INFOMERCIAL | VÍDEOS

VIDA URBANA

População protesta contra violência à mulher

Manifesto reuniu cerca de 150 pessoas que cobraram mais segurança pública

Palmas

Manifetantes carregam faixas com frases contra o estupro (Foto: Marcelo de Deus)

Munidas com cartazes como Estupro é crime. Diaque 100. Tire seu machismo que eu quero passar e Estupro nunca é culpa da vítima, cerca de 150 pessoas se reuniram entre o cruzamento das avenidas Theotônio Segurado e LO-01 para protestarem contra a violência à mulher, no início da noite de ontem, em Palmas. Na última quarta-feira, uma funcionária pública foi roubada, feita refém e abusada sexualmente em plena luz do dia na Capital, em Colinas também foi registrado um caso de estupro no mesmo dia, conforme a Secretaria da Segurança Pública (SSP).

De acordo com uma das organizadoras do manifesto Elionai Aires Batista existem muitos casos de violência que não são registrados e a população está muito vulnerável devido à falta de segurança pública. "Na cidade há muitas câmeras para fiscalizar o trânsito. Por que não tem câmeras para proteger a população? Os marginais estão extremamente ouados. Queremos que as autoridades tomem providências", questionou.

Continue lendo | Mais lidas

- 1 População protesta contra violência à mulher
- 2 Homem suspeito de estuprar menor em Araguaema é preso em comitê...
- 3 Após chegar durante seis horas, Naja passa mal e deixa delegacia rumo a ho...
- 4 Suspeito de abuso a mãe de vítima são indicados pelo estupro de adolescentes...
- 5 DEP oferece assessoria jurídica a Neymar após acusação de estupro

Fonte: Jornal do Tocantins do dia 20 de junho de 2016.

Esse caso alcançou ampla repercussão social porque a mulher em fase adulta estava saindo do trabalho e atravessando a praça que reúne vários órgãos públicos entre eles o Palácio Araguaia que é o espaço administrativo do Governador do Estado. É a narrativa jornalística sobre violência sexual no período analisado, com maior desdobramento no Jornal do Tocantins.

A existência de matérias complementares, corroboram para essa interpretação, visto que o fato de ser servidora pública e esposa de policial mobilizou outros setores da sociedade em geral, que cientes do caso, foram às ruas protestar por segurança. O protesto não esteve presente na narrativa de outros casos, nem tão pouco houve desdobramento de outras matérias.

O Jornal do Tocantins destinou no mesmo ano (maio de 2016) uma matéria para retratar um caso de estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro. Mesmo não sendo matéria do escopo dessa análise, traremos alguns elementos para comparar com o caso do estupro perpetrado contra a servidora pública no Tocantins. No caso da adolescente carioca, diversos estereótipos de culpabilização estiveram presentes na narrativa. A matéria de 28 de maio de 2016, na coluna mundo do periódico tocantinense, já no título indicava: “Chamada de ‘rata’ e ‘piranha’ vítima de suposto estupro coletivo diz ter se sentindo um lixo”.

Como já retratado na pesquisa de Dornelas (2017), esse caso de estupro coletivo foi retratado na mídia com forte culpabilização da adolescente e já no título da matéria no Jornal do Tocantins é possível perceber o questionamento da existência ou não do estupro – “vítima de suposto estupro”. Evidencia-se na frase a suposição de ter havido um estupro. O mesmo periódico na matéria sobre a servidora pública – também vítima de violência sexual, nesse caso por um perpetrador – titula a matéria da seguinte forma: “Servidora é violentada e tem carro roubado em Palmas”. Evidencia-se pelo verbo “é” que não há questionamento sobre a veracidade do estupro. Tal comparação pode ser verificada já no título das duas narrativas jornalísticas.

Observa-se a existência de narrativas jornalísticas que fazem referência aos crimes de violência sexual, seus personagens e suas intrigas, com descrições diferentes a partir do lugar ocupado pela mulher vitimada. Há uma diferenciação, conforme o perfil da mulher. Não se verifica questionamento da mulher servidora pública, o que se contrapõe ao ocorrido no caso da adolescente periférica.

Na perspectiva de Paul Ricoeur (1994) narrar é discorrer sobre significados e analisar situações; escolher elementos para constituírem uma “série” e comentá-los. Assim, a informação jornalística chega na forma de narrativa (CARVALHO, 2012). A narrativa desses casos trazia informações sobre os espaços da rede de atendimento para os quais as mulheres em situação de violência sexual eram levadas, detalhes sobre o lócus das agressões, elementos sobre as características pessoais das mulheres-personagens e análises sobre as agressões perpetradas pelos acusados.

Outra narrativa, ainda em 2016, apresenta elementos importantes para essa análise. Quarta-feira, 10 de agosto de 2016, adolescente de 15 anos, vítima de estupro coletivo na região

norte de Palmas - Tocantins. Quatro homens são acusados de violentá-la. A menina estava numa praça próxima à sua casa, quando um homem armado a abordou. “O homem teria pedido para ela subir em sua moto e a levou para um matagal onde já estavam quatro homens”. Foi dopada por cocaína e ingestão de bebida alcoólica, depois foi deixada na porta de sua casa. Os agressores pareciam saber de coisas sobre sua vida, sabiam, por exemplo, que ela tinha uma sobrinha. A matéria se desdobrou em três outras matérias, destacando o caráter sigiloso das informações e a preservação da identidade da garota. O veículo destacou ainda que a Delegada da Mulher preferiu não comentar sobre o assunto. A matéria menciona ainda que o caso foi também atendido no SAVIS - Hospital e Maternidade Dona Regina

A primeira matéria sobre esse caso de estupro coletivo em Palmas - TO tem como título “Jovem de 15 anos teria sido vítima de estupro coletivo em Palmas”. O emprego do verbo “ter” conjugado na voz passiva traz implícito o questionamento sobre a veracidade do relato de violência sexual, apresentado às autoridades pela mídia. Nesse caso, há também a afirmação que os perpetradores sabiam algumas questões referentes à vida da vítima, deixando implícita a possibilidade de relação anterior da vítima com os agressores e um julgamento moral do comportamento da adolescente.

Dornelas (2017) indicou que a violência sexual é retratada na mídia de forma diferente dos demais crimes. Questões anteriores ao crime, muito provavelmente, não apareceriam nas notícias, caso a ocorrência policial não tivesse envolvimento com o âmbito sexual. Esse caso de estupro ocorrido em Palmas - TO, foi retratado de forma semelhante ao estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro. Novamente se verifica na narrativa informações que desqualificam a vítima.

Na perspectiva de Ricouer (1994), a narrativa é sempre constituída de uma trama composta por diversos episódios, articulados entre si. Tais episódios fazem parte de um enredo mais amplo, resultando numa totalidade significativa. No caso do estupro coletivo da adolescente em Palmas, as duas outras matérias no mesmo periódico trazem elementos posteriores ao fato, ou seja, apresentam os passos seguidos pela vítima após o crime. Na matéria de 12 de agosto de 2016, com o título “Adolescente que teria sido vítima de estupro coletivo segue internada”, é dado espaço à fala da irmã da adolescente que mencionou aos jornalistas que ela continuava internada e fez uso de medicação, passou mal e teve que retornar ao SAVIS - Serviço de Atenção Especializada a Pessoas em Situação de Violência Sexual. Sem citação direta, a fala da irmã deixa claro que a adolescente não conhece os autores do crime, mas lembra de características físicas deles.

Como no caso carioca, essa jovem foi dopada por cocaína e ingestão de bebida alcoólica antes da violência sexual. E pela intensidade da agressão, uma das matérias destinou espaço à divulgação de seu estado de saúde, o que não é comum nas outras notícias que narram a ocorrência de crimes no Jornal do Tocantins.

A outra matéria sobre o mesmo caso, intitulada “Delegacia já ouviu adolescente vítima de estupro coletivo”, de 16 de agosto de 2016, segue a mesma lógica de narratividade das demais matérias sobre violência sexual editadas por esse periódico – se refere, com centralidade, à investigação do crime e à responsabilização dos suspeitos. Aqui verifica-se que o personagem institucional é a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, que no caso, ouviu a vítima. Informações sobre essa escuta não são citadas na matéria; não é possível verificar nenhum trecho da fala da vítima.

Como personagem secundária aparece o relato de uma advogada da OAB e segundo esse relato, os autores conheciam a vida da adolescente. A matéria destaca ao final: “Segundo a Secretaria da Segurança Pública por se tratar de crime que envolve menor, as investigações seguem em caráter sigiloso para preservar a intimidade da vítima.” É citado o nome da Delegada, mas ela preferiu não relatar diretamente suas impressões.

No ano de 2016, outro caso de grande repercussão ocorrido no Tocantins, apareceu nas páginas eletrônicas do Jornal do Tocantins. Domingo, 11 de setembro de 2016, o Programa Fantástico da Rede Globo de Televisão²⁶ apresentou casos de violência sexual infantil, dando ênfase à impunidade dos acusados. Entre os casos, estava o de duas meninas do Tocantins, de seis e oito anos, que foram abusadas sexualmente. O suspeito era o ex-senador tocantinense Manoel Alencar Neto, conhecido como Nezinho Alencar - 67 anos.

Na análise das narrativas jornalísticas, observou-se que o caso obteve destaque, o que se deu sobretudo, pela atividade política e vida pública do acusado. Em estudo similar, Moura (2013) enfatizou que desde a década de 1920 a violência contra a mulher é pautada no acervo da Folha de S. Paulo, sobretudo em notas policiais, com pouca ênfase e pouco espaço nos editoriais. Observou que o assunto ganhava maior destaque quando se tratava de personalidade conhecida na época, ou em casos envolvendo toda a família, nos quais os crimes eram vistos como injustificáveis.

O periódico tocantinense, Jornal do Tocantins, noticiou o fato envolvendo o personagem “ex-senador”, um dia depois da divulgação no Fantástico (12/09/2016), referindo-se à divulgação do caso no programa televisivo de âmbito nacional. Deu voz ao

²⁶ Fantástico percorre sombras de uma ameaça que ronda nossas famílias. Disponível em: [<http://g1.globo.com/fantastico/edicoes/2016/09/11.html#!v/5298337>]. Acesso em: 10 de jun. 2019.

personagem – acusado, que verbalizou “querem me incriminar pelo que represento” e apresentou a defesa feita pelo próprio agressor “se eu não fosse ninguém não passaria no Programa”. O destaque à fala do suspeito é tão grande, que o título da matéria apresenta uma frase de seu depoimento entre aspas. A matéria mencionou ainda o relato do pai das crianças, que está sob proteção do Estado: “quem está preso sou eu”. O pai não foi literalmente preso, mas denominou prisão o fato de ter mudado de domicílio em razão de ameaças pela família do agressor.

Figura 4: Fragmento da página da matéria ““Querem me incriminar e julgar pelo que eu represento’, diz Nezinho”.

The screenshot shows the top navigation bar of the 'Jornal do Tocantins' website. The main headline is in large, bold black text. Below it is a sub-headline and a short introductory paragraph. A photograph of a man (Nezinho) is placed to the left of the main text. To the right of the main text is a sidebar with a list of five 'Mais lidas' (Most Read) articles, each with a numbered red box and a short preview of the article's content.

Fonte: Jornal do Tocantins do dia 12 de setembro de 2016.

A repercussão desse caso foi grande. O veículo afirmou que o acusado foi solto, após menos de dois meses de prisão e pagamento de fiança no valor de 22 mil reais. A narrativa jornalística apresenta nas entrelinhas um contraponto entre a “prisão” da família da vítima, que teve que mudar de Estado para ter garantia de segurança, e a soltura do acusado, que por sua condição socioeconômica e status, garante condições privilegiadas.

A pesquisa de Greer (2012) analisa as narrativas jornalísticas da Irlanda do Norte, em relação à cobertura de crimes sexuais, apontando a existência de interpretações pluralistas radicais e liberais na produção de notícias. Um dos pontos destacados no estudo é que nem

sempre as narrativas de crimes sexuais incluem a opinião e comentários de uma ampla gama de fontes. O uso de fontes, em alguns casos, não representa uma diversidade de valores, interesses e crenças. Às vezes, é restrito a grupos e organizações socialmente dominantes.

Given the radical emphasis on commercial success, representations of sex crime might be expected to prioritise audience-seeking sensationalism and the detailed description of dramatic events over informed and serious discussion around key issues like causes, risk and prevention. (GREER, 2012, p. 16).

Chris Greer (2012) enfatiza que as narrativas sobre crimes sexuais deveriam também dar voz a grupos marginalizados e as reportagens deveriam se basear em uma gama restrita de fontes poderosas. Ou seja, o espaço de fala deveria ser maior para os grupos mais vulneráveis e proporcionalmente restrito aos grupos dominantes. No caso do ex-senador Tocantinense é notório o destaque à fala da figura que representa a classe dominante e, inclusive, ele é o único acusado de crime sexual que possui espaço de fala nas narrativas analisadas no Jornal do Tocantins, de 2016 a 2019. Percebe-se aqui o enaltecimento da força do agressor, como também destaca Segato (2016).

Em 2017 foram publicadas somente três narrativas envolvendo crimes sexuais. Na Tabela 3 demonstramos as principais características das narrativas:

Quadro 3. Categorização das narrativas jornalísticas – ano, 2017

Idade da vítima	Relação de proximidade com o agressor	Adjetivos atribuídos à vítima	Cronologia da agressão	Lócus da agressão	Cidade da agressão	Presença de Dados/orientações	Presença de falas institucionais
04 anos	Motorista da escola	Nada consta	Dia da prisão do agressor	Via pública dentro do ônibus	Araguatins	Não	Sim. Delegacia de Polícia
Entre 08 e 11 anos	Desconhecido de 64 anos	Nada consta	Dia da prisão do agressor	Não menciona. Foram várias vítimas	Nova Rosalândia	Não	Sim. Delegacia de Polícia
Não menciona	Desconhecido; assaltante de casas	Nada consta	Não relaciona a data da matéria com a data do fato	Própria casa	Palmas	Não	Sim. Delegacia de Polícia

Fonte: Própria autora, 2019.

A primeira delas, foi datada de 13 de janeiro, têm três parágrafos curtos e duas frases ao final; não faz uso de imagens. A narrativa traz como título: “Foragido da Justiça suspeito de estuprar criança de 4 anos é preso em Araguaatins”. Já no título observamos a construção textual de um personagem-suspeito fora da lei. O estudo de Machado sobre violência e machismo (MACHADO 2001 apud MINAYO 2005, p. 23) encontra no perfil do agressor

diversos caracteres da cultura machista. Assim, estupradores, espancadores de mulheres, ladrões e assassinos, figuram não como personagens patológicos, mas como pessoas “normais” que reproduzem e perpetuam a cultura machista. O agressor nessa narrativa é uma pessoa com vínculo institucional com a criança – motorista escolar da Prefeitura. A narrativa foi construída um dia após a prisão do agressor; menciona que ele estava foragido desde setembro de 2016, quando a mãe registrou o Boletim de Ocorrência. O perpetrador, motorista do ônibus da prefeitura, segundo a matéria, abusou sexualmente da menina de 04 anos, quando ela voltava da escola. Não são apresentados desdobramentos desse caso, somente, finalizam a matéria, enfatizando o recolhimento do agressor na Cadeia Pública local.

Nos termos de Motta (2013, p. 3), “quem narra tem algum propósito ao narrar, nenhuma narrativa é ingênua”. Na matéria acima referida a intencionalidade é destacar a prisão do agressor. Contudo, não são apresentados outros personagens do caso, sobretudo, a instituição escolar envolvida – que deveria apresentar suas justificativas diante da fragilidade na proteção da menina.

A segunda matéria, de 14 de março de 2017, foi também divulgada na data da detenção do suspeito, e por isso, traz desde o primeiro parágrafo, ênfase nas características do agressor – um personagem narrado como um desconhecido de 64 anos que contava com apoio de uma aliciadora de 34 anos, e já teria estuprado 4 meninas, com idade entre 08 e 11 anos. O título traz também a ênfase às “crianças”, visto que crimes contra crianças e adolescentes são costumeiramente estampados nos noticiários (LANDINI, 2016). Essa matéria tem como título: “Suspeito de estuprar crianças em Nova Rosalândia é preso”. A cidade mencionada é na região central do Estado do Tocantins. Observa-se o uso da imagem do carro da polícia no exato momento a prisão do agressor, o que corrobora com a intenção do veículo que é destacar a responsabilização do suspeito. Nessa ênfase, também usa como fonte a Delegacia de Polícia de Paraíso, na figura do Delegado responsável por apurar casos na região de Nova Rosalândia. Novamente, a delegacia não detalha os passos da investigação ou o estado de saúde das vítimas. Mesmo sendo um caso envolvendo crianças do sexo feminino, o Conselho Tutelar não é fonte da matéria, nem tão pouco é dado espaço a outro órgão da rede de proteção à criança e ao adolescente.

Apesar de terem ocorrido 584 casos de estupro no Tocantins no ano de 2017²⁷, somente três matérias pautaram o assunto no Jornal do Tocantins. A terceira narrativa sobre violência sexual, publicada em 2017, foi datada de 01 de junho e tem o título: “Bandidos

²⁷ Casos de estupro aumentam no TO - Jornal do Tocantins. Disponível em: [https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/casos-de-estupro-aumentam-no-to-1.1592092]

assaltam casas aproveitando abertura de portão”. A construção narrativa coloca a descrição do assalto como o centro da notícia, chegando a mencionar que a Polícia Militar fez alerta à sociedade para ter mais atenção em suas casas, no momento da abertura e fechamento dos portões eletrônicos. Traz o uso da imagem de um muro e um carro adentrando a casa. Segundo a matéria, a vítima do crime sexual estava em casa no Plano Diretor Sul de Palmas, quando teve sua residência invadida por dois homens. A notícia, de apenas quatro parágrafos curtos, esclarece “medidas preventivas de segurança”, dando voz ao trabalho da Polícia Militar. O caso de violência sexual contra uma das mulheres que tiveram a casa invadida é notícia secundária, uma vez que a matéria cita outro roubo na mesma região que não teve nenhuma vítima de crime sexual.

Observa-se nessas narrativas, a presença unânime de personagem-agressor do sexo masculino e a inter-relação dos crimes sexuais com crimes de outra natureza. “No mundo da criminalidade, a ideia fundante de macho violento se centra na mesma crença arraigada do masculino como o espaço da iniciativa, do poder e da imposição da vontade, fazendo a associação de dois planos, o da sexualidade e o da sociabilidade.” (MINAYO, 2005, p. 24)

Assim, verificamos nas narrativas de 2017 apenas um caso, cujas vítimas eram do sexo masculino – meninos que foram abusados por um idoso, enquanto recebiam para exercerem o ofício de cuidador²⁸. A maioria das vítimas citadas no escopo dessas narrativas são crianças e adolescentes no sexo feminino. Há um perfil de vulnerabilidade tanto por geração, como por gênero. “No ato do estupro realiza-se superlativamente a dissociação entre o sujeito e o objeto da sexualidade, entre o apoderamento sexual do outro e a anulação da vontade da vítima” (MINAYO, 2005, p. 24). Dessa forma, o cruzamento de gênero e geração torna as personagens-meninas mais vulneráveis à apropriação sexual do corpo e também às demais violências ocorridas no contexto familiar.

Estudos têm mostrado que as crianças são as maiores vítimas, pois a raiva, os ressentimentos, as impaciências e as emoções negativas dos outros membros as atingem como se elas fossem uma válvula de escape. Por isso, alguns autores falam que a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes costuma ser funcional, provocando uma espécie de homeostase. Sua fragilidade física e de personalidade as tornam alvos fáceis do poder dos adultos. (SANCHEZ, MINAYO, 2006, p. 33)

²⁸ Disponível em: [<https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/policia/idoso-paga-por-servico-de-cuidador-e-estupra-meninos-1.1257799/>]. Acesso em: 30 de jun de 2019.

O estudo acima referido aponta, entre outros pontos, a fragilidade física e de personalidade das crianças e adolescentes, sendo esses os principais alvos da violência intrafamiliar. Nas narrativas construídas em 2018, foi possível observar a relação de proximidade da vítima com o agressor, mas de forma diferenciada da relação que se percebe nas estatísticas oficiais – cuja presença do agressor na casa da vítima é preponderante. Constatou-se que 04 narrativas eram de crimes sexuais em relações de proximidade e 03 narrativas eram de crimes sexuais praticados por desconhecido. Observa-se que o veículo não divulga os casos mais recorrentes segundo as estatísticas oficiais, mas os casos mais comoventes, seguindo critérios de seleção.

No ano de 2018 trinta matérias do Jornal do Tocantins utilizaram o descritor “violência sexual” ao longo do texto, das quais oito construíram narrativas sobre casos de violência sexual ocorridas no Estado do Tocantins. Um dos casos ocorridos em 2018 teve desdobramento em duas matérias. Assim, foram 07 casos retratados nas notícias. Na tabela abaixo apresentamos as principais características das notícias de 2018:

Quadro 4. Categorização das narrativas jornalísticas – ano, 2018

Idade da vítima	Relação de proximidade com o agressor	Adjetivos atribuídos à vítima	Cronologia da agressão	Lócus da agressão	Cidade da agressão	Presença de Dados/orientações	Presença de falas institucionais
29	Pai	Comunicativa, com olhar triste	Na infância da vítima	Própria casa	Não menciona	Sim, dados da Secretaria da Segurança Pública	Sim. Delegacia de Polícia
12	Desconhecido de 66 anos	Nada consta	2013	Não menciona	Pium	Não	Sim. Delegacia de Polícia
08	Pai	Nada consta	Dia da prisão do agressor	Própria casa	Nova Olinda	Não	Sim. Delegacia de Polícia
13	Vigia da escola	Nada consta	Data do boletim de ocorrência	Escola	Palmas	Não	Sim. Delegacia de Polícia
11	Esposo da avó	Nada consta	Dia da prisão do agressor	Própria casa	Augustinópolis	Não	Sim. Delegacia de Polícia
12	Desconhecido de 59 anos	Nada consta	Dia da prisão do agressor	Não menciona	Taguatinga	Não	Sim. Delegacia de Polícia
17	Desconhecido de 32 anos	Menciona que carregava bebê no colo	Dia da prisão do agressor	Via pública	Palmas	Não	Sim. Delegacia de Polícia

Fonte: Própria autora, 2019.

Nessas matérias coincide o fato de que os personagens centrais das notícias são o agressor e a vítima. A Delegacia de Polícia, representada pela figura do Delegado, aparece como personagem secundário que, em geral, apresenta o desdobramento dos crimes, a tipificação penal, o tempo previsto para a pena do agressor e o passo a passo da investigação.

Em uma das matérias, a Delegacia narra a versão de um conselheiro tutelar, trazendo outro personagem institucional para o enredo. Mais no geral, a vocalização institucional fica a cargo da delegacia de polícia.

Nota-se que a maioria das narrativas foi construída para destacar a responsabilização do agressor, o que é possível observar em trechos e, sobretudo, nos títulos das matérias: “Acusado de abusar de criança de 12 anos é preso em Pium”; “Homem é preso em Nova Olinda suspeito de estuprar a própria filha”; “Vigia é suspeito de trocar cartas com adolescente de 13 anos para marcar encontros”; “Homem é preso suspeito de abusar de criança de 11 anos em Augustinópolis”; “Homem de 59 anos aliciava adolescentes com dinheiro em troca de favores sexuais”; “Preso por estupro de adolescente com bebê é suspeito de outros crimes sexuais”.

Verifica-se que o sujeito das frases-título das matérias é o agressor. Das oito matérias divulgadas em 2018, apenas uma coloca a vítima como sujeito na frase-destaque da matéria: “Adolescente que carregava bebê teria sido estuprada em mata”. Nessa frase observamos o uso da voz passiva “teria sido estuprada”, questionando a veracidade do acontecimento. Novamente, um registro de estupro praticado por desconhecido, no dia 10 de fevereiro de 2018. A matéria, publicada um dia depois do fato, descreve que a adolescente de 17 anos, carregava um bebê no colo e foi estuprada em quadra do Plano Diretor Sul de Palmas. Com apenas três curtos parágrafos, a narrativa relata o registro do crime na polícia, o atendimento de saúde da vítima pelo SAMU e seu atendimento de urgência no SAVIS no Hospital e Maternidade Dona Regina. Essa matéria tem o diferencial de, embora curta, destina espaço para falar do atendimento de saúde ofertado à vítima. Não há uso de imagens. Essa matéria, diferente da maioria, teve desdobramento em outra, publicada na data da prisão do suspeito, com o objetivo de destacar que o agressor poderia ter perpetrado outras agressões sexuais na região em que ocorreu o estupro.

Corroborando com os estudos de Sanchez e Minayo (2006, p. 34), que demarcam que as principais vítimas de violência sexual “são meninas e os agressores são o pai, o padrasto ou ainda pessoas conhecidas e do relacionamento familiar com a vítima”, o periódico publicou a matéria “Violência sexual vem de dentro de casa”.

Figura 5: Fragmento da página da matéria “Violência Sexual vem de dentro de casa”.

The image shows a screenshot of a news article from 'Jornal do Tocantins'. The article is titled 'Violência sexual vem de dentro de casa' and is categorized under 'VIDA URBANA'. The author is Luana Fernanda, and the date is 10/10/2018. The article text indicates it is about a young woman who was sexually abused by her father during her childhood. A sidebar on the right lists five related articles, with the first one being the current article.

Fonte: Jornal do Tocantins do dia 10 de outubro de 2018

Na figura 5 podemos analisar a matéria de Luana Fernanda, na coluna “vida urbana”, relata um caso de violência sexual ocorrida há 29 anos. Por essa característica, a narrativa se diferencia das demais, que relatam fatos do tempo presente. Nessa notícia verifica-se a descrição de características da vítima: “Comunicativa e com um olhar triste, a estudante Maria (nome fictício), 29 anos, conta que foi violentada sexualmente na infância pelo próprio pai. Ela diz que os abusos começaram quando era ainda um bebê e se estenderam até os 12 anos de idade.²⁹ ” Na narrativa é dado espaço para o testemunho da vítima que relata, além dos abusos físicos e sexuais, a agressão psicológica, apresentando inclusive, os sinais e sintomas que a violência sexual causou em sua vida. Refere-se à síndrome do pânico aos 12 anos, sentimentos de repulsa e ódio do agressor, uso de medicação controlada e acompanhamento psiquiátrico pós-trauma. Descreve ainda sua luta para retirar o nome do pai (agressor) de seus documentos pessoais.

A matéria, com oito parágrafos é mais extensa que as demais e traz a estatística da segurança pública em relação aos casos de violência sexual. Segundo os dados apresentado

²⁹ Disponível em: [<https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/viol%C3%Aancia-sexual-vem-de-dentro-de-casa-1.1636386>]. Acesso em: 13 de jun. de 2019.

até outubro de 2018, 183 crianças foram estupradas, das quais 173 meninas. Enfatiza a jornalista que em 2017, 471 crianças sofreram violência sexual, das quais 431 meninas e 40 meninos.

Na sequência de matérias de 2018, observamos relações de proximidade entre vítima e agressor. Da “Coluna Estado”, a matéria intitulada “Homem é preso em Nova Olinda suspeito de estupro a própria filha”, de 27 de agosto de 2018, é de autoria da jornalista Patrícia Lauris³⁰. Relata um estupro de vulnerável praticado por um pai. O título da matéria evidencia a relação de parentesco com a vítima e utiliza o apelo à percepção do fato como algo inaceitável, finaliza o título com: “estuprar a própria filha”. A narrativa destaca que o agressor é o próprio pai e a vítima uma menina de 8 anos, residente em Nova Olinda - TO. O crime é descrito da seguinte forma: “(...) teria tirado sua roupa e acariciado suas partes íntimas por quatro vezes. Além disso, o homem ainda teria tapado sua boca durante os abusos e a ameaçado caso a criança gritasse”. A matéria qualifica o agressor como “indivíduo” em dois momentos do texto, deixando implícita a indignação com o ato e o teor de tratamento pejorativo ao suspeito. Como complementação à estratégia de provocar a comoção social, é possível perceber nas entrelinhas uma conotação de heroísmo, atribuído à figura da polícia militar. Nesse sentido, a narrativa ressalta a atuação da polícia civil que representou pela prisão preventiva do pai – prisão essa que, segundo o texto, poderá chegar a até 15 anos. A matéria traz ainda a versão do agressor que negou ter abusado da filha, admitindo apenas que dormia no mesmo quarto que ela.

Quando a relação de proximidade com a vítima é menor, verificamos uma diferença no tratamento do agressor. Esse foi o caso da narrativa de 15 de agosto de 2018, construída na Coluna Estado, também de autoria de Patrícia Lauris³¹. O veículo destinou somente três parágrafos e uma frase de duas linhas para descrever o crime sexual. Com o título “Homem é preso suspeito de abusar de criança de 11 anos em Augustinópolis”, a narrativa relata violência sexual impetrada contra uma menina de 11 anos residente em Augustinópolis - TO, tendo como agressor o esposo da avó da vítima. Trata-se de violência intrafamiliar, visto que o suspeito residia na mesma casa que a menina. Contudo, nesse caso não havia relação consanguínea, o que pode ter resultado em título que distancia vítima e agressor. Somente ao longo do texto, que é possível observar a proximidade de ambos. Segundo a narrativa a criança relatou à Delegacia que os abusos duraram mais de um ano e ocorriam em casa,

³⁰ Disponível em: [<http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/estado/homem-%C3%A9-presosuspeito-de-estuprar-a-pr%C3%B3pria-filha-1.1604465>]. Acesso em: 16 de jun. de 2019.

³¹ Disponível em: [<http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/estado/homem-%C3%A9-presosuspeito-de-abusar-de-crianc%C3%A7a-de-11-anos-em-augustin%C3%B3polis-1.1595931>]. Acesso em: 20 de jun. de 2019.

quando estava sozinha com o agressor. A matéria detalha que o homem foi preso, após constatação de lesões compatíveis com violência sexual no exame de corpo de delito.

É possível observar nas narrativas divulgadas pelo Jornal do Tocantins no ano de 2018, que os agressores desconhecidos são denominados com o termo “homem” e os que possuem relação com a vítima são denominados pela função que exercem na relação de proximidade com as pessoas violentadas. Foi assim nos casos em que o agressor era o pai da vítima e também no caso de um vigia da escola – que possuía relação institucional com a vítima. No segundo caso, a relação institucional foi também determinante para o caso estampar as páginas eletrônicas do veículo.

A matéria da Coluna Estado, de 23 de agosto de 2018, de autoria de Patrícia Lauris, tem como título: “Vigia é suspeito de trocar cartas com adolescente de 13 anos para marcar encontros”. O Jornal do Tocantins detalha um caso de suspeita de assédio sexual em escola no Distrito de Buritirana, em Palmas - TO. Na matéria, com 6 parágrafos e três frases curtas, o crime sexual é atribuído ao vigia da instituição escolar, tendo como vítima uma adolescente de 13 anos.

Essa notícia parece insinuar uma suposta disponibilidade da adolescente para a relação. Ao mostrar as cartas, a narrativa dá um atestado de veracidade para o suposto relacionamento amoroso entre o vigia e a menina de 13 anos, que teria iniciado na escola. No texto, a matéria exerce o papel de explicar que, mesmo que consentida, a relação amorosa e sexual com adolescente com menos de 14 anos, é considerada estupro de vulnerável.

A narrativa do Jornal apresenta a versão da mãe sobre o caso, que relatou comportamentos estranhos da filha, tais como arrumar desculpas para sair de casa e chegar com presentes. Descreve em aspas um trecho de carta, em que a adolescente escreve sobre o encontro de sua mãe com a mulher do acusado: “A minha mãe disse que sua mulher parou ela na rua e disse que viu umas das cartas que eu te mandei. Se era pra rasgar você também podia ter rasgado, né. Toda hora uma coisa acontece. Sério isso já tá me cansando (sic).” Esse trecho da narrativa centra a atenção do leitor num suposto relacionamento amoroso clandestino, o que de fato seria desnecessário, visto que se tratava de uma situação de abuso sexual. A matéria traz como recurso imagético dois trechos da carta e explica, ao final, o conceito de estupro de vulnerável. Mas, o uso da carta como centro da narrativa, não corrobora com a compreensão de que a vítima é a adolescente. Do contrário, contribui para o entendimento de que a jovem facilitou a atuação do agressor, como se escrever a carta fosse um indicativo de seu interesse – interpretação que culpabiliza a vítima.

Figura 6: Fragmento da página da matéria “Vigia é suspeito de trocar cartas com adolescente de 13 anos para marcar encontros”.

Vigia é suspeito de trocar cartas com adolescente de 13 anos para marcar encontros

Caso foi denunciado pela mãe como estupro de vulnerável; vigia foi afastado de sua função em escola de Buritirana

23/08/2018 - 18:20

(Foto: Divulgação)

“Te amo! Sei que tô difícil, mas sei também que qualquer hora vai surgir uma brecha pra gente se encontrar (sic)”. Este é um trecho de uma das cartas que teriam sido enviadas por um vigilante de uma escola do distrito de Buritirana, na Capital, a uma aluna desde quando ela tinha 13 anos. Recentemente a menina completou 14 anos, e o caso foi denunciado à Polícia Civil como estupro de vulnerável pela mãe da jovem, que relatou a situação em Boletim de Ocorrência com data de 11 de julho deste ano.

Continue lendo

- 1 Vigia é suspeito de trocar cartas com adolescente de 13 anos para marcar...
- 2 Mãe denuncia funcionário de escola em Buritirana por suposto estupro de adol...
- 3 Irmãos suspeitos de estuprar vítima portadora de síndrome de down são pr...
- 4 Polícia captura suspeito de estuprar criança e obrigá-la a firmar vítima L...
- 5 Homem foragido da Justiça de Goiás é preso no Tocantins por suspeita de ven...

Fonte: Jornal do Tocantins do dia 23 de agosto de 2018

No mesmo dia outra matéria sobre esse caso, de autoria da jornalista Lauane dos Santos, foi publicada no periódico, com o tema: “Mãe denuncia funcionário de escola em Buritirana por suposto estupro de adolescente.”³² A narrativa demonstra certa preocupação com a repercussão pela relação institucional entre vítima e agressor, o periódico deu espaço para as declarações da Secretaria Municipal de Educação, órgão gestor da escola. “A Secretaria Municipal de Educação - SEMED, disse que o caso relatado ocorreu no mês de julho, sendo período de férias, ‘comprovando assim que não ocorreu no ambiente escolar’”. A matéria com 4 parágrafos e uma frase, atribui a denúncia à mãe para garantir a isenção do veículo em relação aos fatos, o que pode ser observado no título.

Sobre a interação entre os veículos e os receptores, Pinto (1999, p.66) destaca “textos verbais a caracterização das pessoas ou coisas referidas se restringe à apresentação das características necessárias e suficientes para identificação delas pelo receptor, enquanto que

³² Disponível em: [https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/m%C3%A3e-denuncia-funcion%C3%A1rio-de-escola-em-buritirana-por-suposto-estupro-de-adolescente-1.1601627]. Acesso em: 30 de junho de 2019.

nas imagens todas as características aparentes das pessoas ou coisas referidas são mostradas”. No caso do estupro de vulnerável praticado pelo vigia, constatamos o uso das imagens de trechos da carta enviado por ele à menina, denotando a intenção de repassar confiabilidade aos fatos, estratégia imagética que corroborou com a culpabilização da vítima.

Em relação ao escopo temporal de análise 2016 a 2019, observamos como já referido que o ano de 2016 teve mais narrativas sobre violência sexual. Já em 2019 até o mês de junho, não haviam novas narrativas sobre crimes sexuais. Analisar isoladamente os números de notícias pode levar a avaliações equivocadas sobre a produtividade dos veículos, mas em relação à importância que se dá ao tema, pode sinalizar uma cobertura menos abrangente da temática.

Em geral, as narrativas jornalísticas publicadas ocuparam espaço reduzido, restritas a poucos parágrafos, um pouco maior nos casos com repercussão social, chegando no máximo há oito parágrafos. Algumas matérias se assemelham a notas curtas que descrevem pontualmente os crimes sexuais. A pesquisadora caracterizou como “casos de repercussão social” os que tiveram um número maior de matérias, narrativas mais completas e abrangentes. Foram destacados cinco casos de repercussão social, os quais tiveram desdobramento em duas ou mais matérias ou cobertura em outro veículo de âmbito nacional. A quantidade de textos é, de toda forma, um indicador relevante da importância que cada veículo dá ao caso.

Quanto à dinâmica de prioridade espacial das notícias, ou seja, os focos geográficos das matérias publicadas, foi possível observar mais relatos da região central do Estado do Tocantins, com maior número de narrativas de casos ocorridos na capital Palmas -TO. Quatro casos da região norte do Estado. Araguaína, segunda maior cidade do Estado em contingente populacional, figura como a segunda cidade com maior número de registros.

Chama a atenção a existência de um maior de notícias nas cidades maiores. Isso se dá tanto pela proporção populacional nas cidades, como pela repercussão maior dos casos ocorridos na capital, Palmas. O local em que os jornalistas vivem, sua maioria na capital, não guarda relação direta com a espacialidade das notícias. Isso porque foram identificadas diversas notícias de casos com repercussão nacional, ocorridos em outros Estados da Federação. Tais matérias não foram analisadas nessa pesquisa, visto que nosso objetivo é compreender a divulgação dos casos locais.

Em relação à existência de conteúdo educativo sobre a rede de proteção à mulher ou à criança e à adolescente, pôde-se constatar que o veículo, na maioria das narrativas, não divulga os serviços intersetoriais de atendimento, excetuando-se alguns casos de grande repercussão, como no caso da servidora pública, do estupro coletivo e da adolescente que carregava um bebê. Assim, poucas matérias falam sobre o atendimento ofertado no SAVIS – Serviço de

Atendimento Especializado a Pessoas em Situação de Violência Sexual. Observa-se ênfase maior na divulgação das penas e na publicização do trabalho da polícia militar e da delegacia de polícia. As narrativas apresentam dados e, mesmo com pouco texto/ parágrafos, conseguem contextualizar os fatos ao leitor. A polícia civil figura como principal fonte, seguida da polícia militar. Em poucas matérias, identificamos a comparação entre opiniões divergentes sobre os fatos. Tal comparação e o esforço em mostrar “os dois lados” das questões levantadas em cada caso, são maiores nas narrativas de situações de violência sexual com repercussão social, como ocorreu na narrativa cujo personagem central era o senador Nenzinho Alencar.

É maior o número de narrativas que se referem a casos ocorridos contra crianças e adolescentes. As narrativas sobre agressões sexuais contra mulheres adultas, apesar de persistentes, na realidade tocantinense, permanecem invisibilizadas na mídia. As notícias analisadas cumprem a função de informar questões específicas, como “o que, como e onde” – centradas no crime. São restritas à factualidade do crime sexual, porém deixam de descrever as causas e consequências da violência sexual.

Utilizando a metodologia da análise pragmática da narrativa, é possível inferir que as histórias de violência sexual foram contadas ao(a) leitor(a), a partir das matérias do Jornal do Tocantins. A disposição das palavras nos títulos carregou a intencionalidade de provocar sensação de revolta nos(as) leitores(as), sobretudo nos casos de estupro que envolviam pais, padrastos ou indivíduos com algum grau de parentesco com as vítimas crianças ou adolescentes. Tais notícias foram mais frequentes nas páginas do jornal eletrônico analisado e não apresentaram desdobramentos, repercussão ou matérias posteriores, o que foi diferente no caso de violência sexual praticada por um político e no caso que envolveu uma servidora pública.

Quanto à construção das personagens, percebemos que o agressor aparece como sujeito central na maioria das narrativas. Nota-se ainda uma alteração no perfil das fontes de informação em função do acontecimento. As fontes oficiais como polícia civil e militar foram predominantes. Foi garantida a resposta institucional no caso em que o agressor tinha vínculo empregatício com a escola. No caso de maior repercussão, da servidora pública, em função da própria narrativa, outras fontes de informação entraram em cena, como a advogada na OAB e a coordenação do SAVIS. Casos de violência sexual envolvendo “famosos” ou pessoas públicas na condição de agressores, possuem maior repercussão, o que pode ser observado no desdobramento de outras matérias, na quantidade de parágrafos dedicadas à narrativa, na inclusão de trechos de autodefesa do agressor. O testemunho do agressor e a sua versão dos

fatos, só esteve presente no caso de ex-senador, o que evidencia uma estreita relação entre poder e visibilidade.

Não foi possível observar o apelo de fundo moral e a culpabilização direta da vítima. Contudo, um dos casos que repercutiu em outra matéria, apresentou implicitamente a culpabilização da adolescente. Isso se deu na exposição de trechos da carta que a vítima endereçou ao agressor. Nesse caso, foi observado o uso de recursos imagéticos, corroborando para a culpabilização da adolescente.

O conceito de acontecimento tem ocupado posição de destaque em estudos do campo da comunicação (LAGE, 2013). Os episódios de violência sexual expostos nas narrativas jornalísticas apresentam acontecimentos verídicos ocorridos, em sua maioria, em data próxima à divulgação. Nota-se a factualidade das notícias. Somente uma narrativa apresentou fato ocorrido no passado.

De forma geral, nas matérias analisadas, as narrativas jornalísticas são apresentadas com elementos que facilitam a compreensão do(a) leitor(a) sobre o crime sexual e seus aspectos jurídicos. Contudo, são curtas e destinam pouco espaço para o esclarecimento dos direitos das mulheres que sofreram violência, bem como para a divulgação das políticas públicas que atendem tais mulheres. Também não são apresentadas discussões sobre os processos que levam à ocorrência de tais situações, nem é destinado espaço à fala de especialistas e estudiosos do tema.

A política pública mais divulgada nas narrativas jornalísticas analisadas é a segurança pública, tendo como principal lócus a delegacia de polícia, sendo essa a principal fonte das narrativas. Não é dado espaço a outros atores institucionais, ou à vítima e sua família. Situação que se exceuiu em três casos de grande repercussão (no caso cujo agressor era um ex-senador, no caso da adolescente que carregava um bebê no colo e no caso do vigia da escola que assediou uma adolescente). Poucas matérias retrataram a existência do Serviço Especializado de Saúde (SAVIS). E uma delas utilizou o depoimento da irmã da vítima, justamente detalhando seu estado de saúde no período pós trauma.

Foi possível constatar que o periódico, no período analisado, direcionou suas narrativas sobre violência sexual ao esclarecimento dos fatos, explorando os personagens-agressores e as medidas tomadas pela Delegacia de Polícia no processo de responsabilização. Isso foi observado inclusive pela data de divulgação das matérias que circundam o período em que se deu a prisão do agressor. Algumas narrativas são, sobretudo, construídas para divulgar a data da apreensão do agressor, dando destaque à responsabilização. As matérias escopo desse trabalho não destinaram espaço para colaborar com a prevenção da violência sexual ou para informar sobre os riscos do crime. Observamos que em datas incluídas no calendário de lutas contra a violência, tais como

08 de março - dia internacional da mulher, 18 de maio - dia de combate à violência sexual contra à criança e ao adolescente, são elaboradas matérias sobre o tema, oportunidade em que são apresentados dados e estatísticas oficiais mais abrangentes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou as narrativas sobre violência sexual construídas no Jornal do Tocantins, no período de 2016 a 2019. Foi possível observar que apesar do periódico objeto de estudo, proporcionar espaço para a temática violência sexual, nas matérias em análise, não só têm pouco espaço para a divulgação das políticas públicas para as mulheres em situação de violência como, muito marcadamente, se nota o protagonismo do personagem agressor.

Ratificando os estudos de cobertura midiática acerca do problema da violência sexual contra a mulher, notamos que os casos mais divulgados no jornal analisado foram os que as vítimas foram crianças ou adolescentes, sobretudo os que o agressor possuía vínculo familiar ou afetivo com a vítima. Há uma invisibilidade, nas notícias analisadas, dos casos envolvendo mulheres adultas, esses episódios ocupam menos espaço nas páginas do jornal. São mais divulgadas e com maior repercussão social, as situações em que a mulher possui visibilidade, por sua inserção social – como foi o caso da servidora pública que saía do trabalho.

Os personagens agressores ocupam centralidade nos relatos, uma vez que estão como sujeitos ativos desde os títulos, aos parágrafos das narrativas. A Delegacia de Polícia figura como principal fonte especializada, que apresenta dados e o passo a passo da investigação do crime sexual. Além disso, vozes masculinas e institucionalizadas, em sua maioria na figura do “Delegado de Polícia”, repercutem mais na construção das histórias. Isso foi observado na análise das narrativas, tanto em relação ao uso das fontes, como em relação à priorização da fala de um personagem agressor que possuía status de ex-senador.

Verificou-se que no período analisado apenas os casos com maior gravidade ou repercussão, chegaram até a mídia. Isso porque muitos dos casos mencionados nas estatísticas oficiais da Secretaria Estadual de Saúde, não viraram notícia. Além disso, nem todos os casos se referem ao atendimento de saúde ofertado no SAVIS; foram poucas as matérias que divulgaram a existência de tal serviço, como forma de orientar outras mulheres. As poucas menções se referem ao local em que a vítima estava após a agressão, sem detalhamento da natureza do serviço e/ou orientação/estímulo de outras mulheres a procurarem tal atendimento.

Observou-se ainda que a maior concentração de notícias foi relacionada aos casos que ocorreram na capital do Estado, em detrimento das que ocorreram no interior. Ficou

evidente o processo de invisibilidade das notícias sobre os casos envolvendo mulheres do interior do Estado, especialmente da região extremo norte. Diante do exposto observa-se que o jornalismo regional está distante da descentralização, já que o foco principal esteve situado nas ocorrências de violência sexual na capital do estado.

As narrativas jornalísticas analisadas são curtas e produzidas com poucas informações, o que dificulta uma problematização social sobre o assunto. A violência sexual é um assunto negligenciado na sociedade, nesse sentido, ampliar a visibilidade do tema é importante na mesma direção que investir em formação profissional dos(as) jornalistas, tanto nas universidades como nas empresas jornalísticas – processo formativo que poderia oferecer ferramentas mais concretas para mudar a abordagem sobre a cobertura de casos de violência sexual contra a mulher.

Por fim, este trabalho não esgota o debate sobre o assunto. Do contrário, pode contribuir para novas pesquisas, tanto as destinadas à forma de como os veículos de comunicação noticiam a violência sexual no Estado do Tocantins, como as direcionadas ao tema da violência sexual e a forma como se constrói como narrativa jornalística. O presente estudo pode ser expandido a outros veículos de comunicação regionais ou nacionais, ampliando assim o debate sobre o tema proposto.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda. **Para educar crianças feministas**. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

ARAÚJO, Leticia F. (2003). **Violência contra a mulher: a ineficácia da justiça penal consensuada**. Campinas, SP: Lex.

ÁVILA, Thiago André Pierobom de. **Notificação compulsória e comunicação externa em casos de violência doméstica contra a mulher**. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane de; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane (Orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, 2017.

AZEVEDO, Sandra Raquel dos Santos; GARCÍA, Loreley Gomes. **Violência contra mulheres na agenda midiática**. Espaço do currículo, v.4, n.1, pp.3-21, Março a Setembro de 2011.

BANDEIRA, Lourdes, & Thurler, Ana L. **A vulnerabilidade da mulher à violência doméstica: aspectos históricos e sociológicos**. Em Lima, Fausto Rodrigues; Santos, Claudilene. *Violência doméstica: vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1997.

BARROS, José de Assunção. **Tempo e narrativa em Paul Ricoeur: considerações sobre o círculo hermenêutico**. Fênix - Revista de História e Estudos Culturais Janeiro/ Fevereiro/ Março/ Abril de 2012. Vol. 9. Ano IX nº 1 ISSN: 1807-6971 Disponível em: www.revistafenix.pro.br.

BÉCCHERI, Mirian Cortez; DA COSTA, Ricardo Padovani; CAVALCANTI, Lúcia de Albuquerque Willian. **Terapia de grupo cognitivo-comportamental com agressores conjugais Estudos de Psicologia**, vol. 22, núm. 1, enero-marzo, 2005, pp. 13-21 Pontifícia Universidade Católica de Campinas Campinas, Brasil.

BLAY, E. A. «**Gênero na Universidade**», *Educação em Revista*, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, n.3, Marília, UNESP-Marília-Publicações, 2002, pp. 73-78.

BLAY, Eva Alterman. **Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos**. São Paulo: Editora 34, 2008.

BLAY, Eva Alterman. **Violência contra a mulher e políticas públicas**. Estud. av. vol.17 no.49 São Paulo Sept./Dec. 2003

BORTOLONI, Alexandre. **Diversidade sexual e gênero na escola: uma perspectiva inter-relacional e intercultural**. IN: BORTOLONI, Alexandre (org). *Diversidade Sexual e de Gênero na Escola*. Educação, Cultura, Violência e Ética. 1.ed. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão/ UFRJ, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Küher. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. **Atlas da violência**. IPEA. FBPS - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Rio de Janeiro: 2018.

BRASIL. Lei Federal n.º 10.778 de 24 de novembro de 2003, Brasil – Presidência da República. **Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.778.htm], acesso: 10 de mar de 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha** - cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. DOU 08 de agosto 2006. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Gestão de Política Estratégicas. Área Técnica Saúde da Mulher. **Normas sobre a prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescente**. Brasília; 2005.

BRASIL. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. Fundação Perseu Abramo. Brasília: 2013.

BRASIL. Portaria nº 1.271/2014, Ministério da Saúde, que estabelece a **Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados**. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1271_06_06_2014.html], acesso: 10 de mar de 2019.

BRUCK, Mozahir Salomão. **O superficial aparente: notas sobre a natureza do discurso jornalístico**. In: BRUCK, Mozahir Salomão; CARVALHO, Carlos Alberto. *Jornalismo: cenários e encenações*. São Paulo: Intermeios, 2012, p. 61-78.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAL, Danila; LAGE, Leandro. **Narrativas de sofrimento no jornalismo impresso: A construção de cenas e o lugar dos sujeitos**. SBPjor / Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. BRAZILIAN JOURNALISM RESEARCH - Volume 11 - Número 2- 2015.

CARDOSO, Isabela Cristina Barros. **Discursos sobre violência sexual contra a mulher no webjornalismo e nas redes sociais**. Dissertação de Mestrado - Programa de PósGraduação em Linguística, do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, 2015.

CARDOSO, Isabela; VIEIRA, Viviane. **A mídia na culpabilização da vítima de violência sexual: o discurso de notícias sobre estupro em jornais eletrônicos**. EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n. 7, p. 69-85, dez. 2014.

CARVALHO, Carlos A.; LAGE, Leandro R. **Sobre contribuições epistemológicas de Paul Ricoeur para estudos em Comunicação: ação, narrativa e acontecimento.** IN: Teorias da Comunicação no Brasil: reflexões contemporâneas / Organizadores, Vera Veiga França ... [et al.]. – Salvador: Edufba, 2014.

CARVALHO, Carlos Alberto de. **Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur.** Ano 6 – nº 1 jul./dez. 2012 - São Paulo - Brasil – p. 169-187

CARVALHO, Carlos Alberto de; MARTINS, M. L. **Crimes de proximidade contra mulheres em relações de gênero: dimensões políticas de um problema no Brasil e em Portugal a partir da cobertura jornalística.** In: Hélder Prior; Liziane Guazina; Bruno Araújo. (Org.). Diálogos Lusófonos em Comunicação e Política. 1ed. Covilhã: Editora LabCom.IFP, 2016, v. 1, p. 125-149.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz. Estupro no Brasil uma radiografia segundo os dados da saúde. IPEA: n 11. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf

CHAHER, S. y Pedraza, V. (Coord.). **Violencia de Género y Políticas Públicas de Comunicación.** 1a ed. Córdoba, Argentina: Fundación para el Desarrollo de Políticas Sustentables y Asociación Civil Comunicación para la Igualdad, 2016.

CHAVES, Karoline Soares. **Violência contra as mulheres negras no Tocantins: a lei maria da penha em palmas e a (in)visibilidade da cor.** UFT - Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Regional, 2018.

CRUZ, Tércia Maria Ferreira da. Mídia e Segurança Pública: a influência da mídia na percepção da violência. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF ISSN 1981- 4070. Vol.2 • nº2 • Dezembro, 2008.

DANTAS-BERGER, Sônia Maria, GIFFIN, Karen. **A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual?** Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro 21 (2), p. 417-425 mar. / abr., 2005.

DIAS, Maria B. (2007). **A Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.** São Paulo: Revista dos Tribunais.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e Poder.** Teun A. Van Dijk; Judith Hoffnagel, Karina Falcone. (Org.). 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

DORNELAS, Raquel. **Crime contra a honra ou contra a sociedade: representação, privacidade e violência sexual no noticiário.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba – PR. 04 a 09 de set. de 2017.

ENTMAN, R.M. **‘Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm’**. Journal of Communication, 1993, 43(4): 51–8.

FAIRCLOUGH, N. **Technologisation of discourse**. IN: C. Caldas – Coulthard & M. Coulthard. Texts and practices: Reading in critical discourse analysis. London, 1996, Routledge.

FLEURY, Elizabeth (org.). **Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. 422p.

FOUCAULT, Michel. (1981) **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1981.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FRASER, Nancy. **A luta pelas necessidades: Esboço de uma teoria crítica socialistasfeminista da cultura política do capitalismo tardio**. Debate Feminista. Cidadania e Feminismo. São Paulo/México: Edição Especial em Português, 2000.

FREIRE, Silene de Moraes. **Mídia, violência e questão social: a pedagogia do capital**. In: FREIRE, Silene de Moraes (Org.). Direitos Humanos e questão social na América Latina. Rio de Janeiro: GRAMMA, 2009.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOMES, Luciano Silva. **A cobertura jornalística da violência contra a mulher no Jornal do Tocantins**. 2018. 81f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

GONZÁLEZ, Lélia. **O papel da mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica**. Los Angeles, 1979. p. 25. Mimeografado.

GREER, Chris. **Sex crime and the media**. New York: Routledge, 2012.

GUILLAMIN, Collete. **Prática do poder e ideia de natureza**. IN: Patriarcado desvendado. Teorias de três feministas materialistas. Org.: FERREIRA, VERÔNICA [et al.]. Recife: SOS Corpo, 2014.

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise (orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: editora da UNESP, 2009.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luis C; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da Comunicação: Conceitos, escolas e tendências**. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HOOKS, Bell. **Intelectuais Negras**. Estudos Feministas, n. 2, p. 464-478, 1995.

JORGE, Thaís de Mendonça (Org.). **NOTÍCIA EM FRAGMENTOS Análise de conteúdo no jornalismo**. Universidade de Brasília, UnB. Volume 2 - Série Jornalismo e Sociedade, Ano 2015.

LAGE, Leandro R. **O testemunho do sofrimento como problema para as narrativas jornalísticas.** In: Revista Contracampo, v. 27, n. 2, ed. ago-nov, ano: 2013. Niterói: Contracampo, 2013, pp. 71-88.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo.** Petrópolis: Vozes, 2008.

LANDINI, Tatiana Savoia. **Violência Sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração.** Cadernos Pagu (26). Janeiro-junho de 2006. Pp. 225-252.

LEAL, Bruno Souza, CARVALHO, Carlos Alberto de, ANTUNES, Elton. **La violencia contra mujeres brasileñas en las esferas pública y mediática.** Comunicar [en línea] 2018, XXVI (April-June) : [Fecha de consulta: 13 de marzo de 2019] Disponible en:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=15854832002>> ISSN 1134-3478

LIMA, Venício A. de. **Os mídia e o cenário de representação da política.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política. n.38, São Paulo, Dec. 1996.

LIRA, Manuela; VELOSO, Ana. **A Violência Simbólica da Mídia contra a Mulher.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de set de 2008.

LISBOA, Teresa Kleba. **Violência de gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel do Serviço Social.** IN: Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 33-56, jan./jun.2014.

MATOS, Marlise. **Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?** Revista de sociologia e política, v. 18, nº 36: 67-92 jun. 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde.** Texto Eletrônico, 2007. Disponível em: http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_mulher/capacitacao_rede%20modulo_2/205631-conceitos_teorias_tipologias_violencia.pdf. Acesso em: 02 de fev. de 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Laços perigosos entre machismo e violência.** IN: Ciência & Saúde coletiva, 10 (1), p. 18-34, 2005.

MIRANDA, C. **JOVENS MULHERES: desafios para construção da diversidade de representação nos meios de comunicação.** Revista Observatório, v. 2, n. 4, p. 346-364, 30 out. 2016.

MIRANDA, Cynthia Mara. **Violência contra a mulher na mídia e os descaminhos da igualdade entre os gêneros.** IN: Revista observatório. v. 3 n. 6 Processos formativos, comunicação e educação pós-Bolonha. UFT: 2017b.

MIRANDA, Cynthia Mara. **Violência de gênero nos meios de comunicação: reflexões preliminares e desafios para superação.** In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane de;

ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane (Orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, 2017a

MOITA LOPES, L. P. **Socioconstrucionismo: discurso e identidade social**. IN: MOITA LOPES, L. P. (Org.) *Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade, profissão na escola e família*. Campinas, 2003, Mercado das Letras.

MORAES, Dênis. **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de gramsci**. *Revista debates, Porto Alegre*, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

MORENO, Rachel. **A imagem da mulher na mídia: controle social comparado**. São Paulo: Publischer Brasil, 2012.

MOSCOVICI, S. **The phenomenon of social representations**. In: FARR, R. M. e MOSCOVICI, S. ed. *Social Representations*, p. 3-69, Cambridge University Press, 1984.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica narrativa**. Brasília: Universidade Federal de Brasília, 2013. 254 p. ISBN 978-85-230-1073-7.

MOURA, Clarissa Viana Matos de. **Um enunciador e dois sujeitos discursivos: a violência contra a mulher nas páginas de massa! E a tarde**. Dissertação de Mestrado UFBA - Universidade federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Programa de pós-graduação em comunicação e cultura contemporâneas, 2013.

MOURA, Laiana Carla de; HENRIQUES, Halline Iale Barros. **Aspectos sócio-históricos-culturais envolvidos no fenômeno de culpabilização de mulheres vítimas de violência**. *Veredas: Revista Eletrônica de Ciências. Favip*, ano 10, Volume 07, Número 2, Ano 2014.

NASCIMENTO, Eduardo do; MELO, Maria Heloísa Chiaverini de. **Vitimologia, violência sexual e cultura do estupro: o olhar dos juízes nas decisões judiciais sobre o comportamento da vítima**. IN: *Anais - conhecimento em construção*, vol 3. Paraná: Editora FATEB, 2017.

NOGUEIRA, Rose Dayanne Santana. **Comunicar con Clave de Género: uma análise das ações da Defensoría del Público de Servicios de Comunicación Audiovisual para Igualdade na Argentina**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins, 2018.

NOGUEIRA, Rose Dayanne Santana; PORTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças. **Reflexões sobre gênero, violência e mídia**. In: **Discurso Midiático: poder, violência e cultura**. (Recurso Eletrônico). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016. p. 156-174.

NOVAES, Sylvia Caiuby. **O uso da imagem na antropologia**. In: SAMAIN, Etienne (org.) *O fotográfico*. São Paulo: Hucitec/ Senac, 2010, p. 107-113.

OLIVEIRA, Bárbara Nascimento de. **Além dos boletins de ocorrência: análise das narrativas midiáticas sobre a violência contra a mulher nos impressos Super Popular e Jornal da Cidade**. 10/06/2016. 109 f. Mestrado em Comunicação: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, Aracajú, 2016.

OLIVEIRA, Guacira César de. MELO, Jacira. LIBARDONI, Marlene. **Mulher e Mídia. Pauta desigual?** São Paulo: Centro Feminista de Estudos e Assessoria; Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, 1997.

OLIVEIRA, Suzane Rodrigues de. **Guerras e violência sexual nos livros didáticos de história brasileiros: análises e orientações pedagógicas feministas.** IN: STEVENS, C; SILVA, E; OLIVEIRA, S; ZANELLO, V. (Orgs). Relatos, análise e ações no enfrentamento da violência contra mulheres. Brasília: Technopolitik, 2017.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.** In: História, São Paulo, v. 24, n.1, p.77-98, 2005.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Comunicação Comunitária e educação para a cidadania.** Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Nordeste, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2), 2000, 651-668.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso: uma introdução à análise de discursos.** São Paulo: Hacker, 1999.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Crenças, valores e representações sociais da violência.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n° 16, jul/dez 2006, p. 250-273

PRAZERES, Michelle. **Mídia, política e esfera pública machistas.** IN: Cadernos de crítica feminista. Ano VI. 2012.

RAVAZZOLA, Maria C. (1998). **Violencia familiar. El abuso relacional como un ataque a los derechos humanos.** Sistemas Familiares, 4(3), 29-41.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica.** Tomo I. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa: tomo I.** São Paulo: Papyrus, 1994.

RICOEUR, Paul. **Temps et Récit.** Paris: Seuil: 1983.

RODAL, Asunción Bernárdez. **Mujeres en medio(s):** propuestas para analizar la comunicación masiva con perspectiva de género. Espanha: Editorial Fundamentos, 2015.

ROSSETTO, G.P.N.; SILVA, A. M. S. **Agenda setting e framing: detalhes de uma mesma teoria?** Intexto, Porto Alegre, UFRGS, n. 26, p. 98-114, jul. 2012.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópoles: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** IN: Cadernos Pagu (16) - Unicamp. São Paulo: 2001, p. 115-136.

SALES, Mione Apolinário. **Mídia e questão social: o direito à informação como ética da resistência.** In: SALES, Mione Apolinário (Org.). Mídia, questão social e serviço social. São Paulo: Cortez, 2009.

SANCHEZ, R. N.; MINAYO, M. C. S. **Violência contra crianças e adolescentes: questão histórica, social e de saúde.** IN: Violência faz mal à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006

SANTOS, Ana Paula dos. **Pautando Gênero: Narrativas jornalísticas sobre a proibição da discussão de gênero na educação.** 2018. 122f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

SANTOS, Roberto Elísio. **Introdução à Teoria de Comunicação.** São Bernardo do Campo. Editora do IMS. 1992.

SEGATO, Rita Laura. La guerra contra las mujeres. Madrid: Traficantes de sueños, 2016. Disponível em: https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/map45_segato_web.pdf acesso em: 26/01/2019.

SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. Revista Sociedade e Estado, v. 29, n. 2 , 2014. P. 341-371.

SEGATO, Rita Laura. Una pedagogia viva contra la crueldad. Entrevista de Hector Pavon, publicada por Clarin Revista, 04/08/2017. Disponível em: https://www.clarin.com/revista-ene/ideas/pedagogia-viva-crueldad_0_B1OuSHfwZ.html acesso em: 08 de fev. de 2019.

SHUEN, Li-Chang; MIRANDA, Cynthia Mara. **Narrativas jornalísticas da greve geral da Argentina e Brasil de 2017: intrigas, conflitos e personagens.** Intercom - RBCC São Paulo, v.41, n.3, p.137-155, set./dez. 2018.

SILVA, Dayanne Pereira da. **Construção da violência sexual infanto-juvenil em webnotícias: um estudo de caso no G1 e na Folha.com (2007-2011).** 27/02/2013, 355 f. Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador: Biblioteca Central Reitor Macedo Costa, 2013.

SILVA, Edlene Oliveira. **Internet, estupro, assédio sexual e ativismo na campanha online “primeiroassédio”.** IN: STEVENS, C; SILVA, E; OLIVEIRA, S; ZANELLO, V. (Orgs). Relatos, análise e ações no enfrentamento da violência contra mulheres. Brasília: Technopolitik, 2017.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, Mídia e Violência.** Porto Alegre. Sulina: Edipucrs, 2002.

SOUSA, Robson Sávio Reis. **O papel da imprensa na segurança pública.** Caderno de Cidadania. Observatório da Imprensa, Ed. 354, 2005.

SOUZA, E. R; JORGE, M. H. P. M. **Impacto da violência na infância e adolescência brasileiras: magnitude da morbimortalidade.** IN: Violência faz mal à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

SOUZA, MRR; OLIVEIRA JF; NASCIMENTO ER; CARVALHO ESS. **Droga de corpo! Imagens e representações do corpo feminino em revistas brasileiras.** Rev Gaúcha Enferm. 2013;34(2):62-69.

STEVENS, C; SILVA, E; OLIVEIRA, S; ZANELLO, V. (Orgs). **Relatos, análise e ações no enfrentamento da violência contra mulheres.** [e-Book (PDF)]. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. p. 319. ISBN: 978-85-92918-15-6.

TEIXEIRA, Ana Cláudia. **Até onde vai a participação cidadã?** Le monde Diplomatique, 2008. Disponível em: <http://bit.ly/TQDnc8>. Acesso em: 23 de jun. 2019.

TEIXEIRA, Irenides. **O Jornal do Tocantins de 1988 a 1991: o texto, o contexto e a imagem fotojornalística na formação do Estado do Tocantins.** Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero Mestrado em Comunicação e Mercado São Paulo - SP / 2003.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade. Uma teoria social da mídia.** 8ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna.** Petrópolis: Vozes, 1995.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional.** Volume II. Florianópolis: Insular, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo.** In: _____. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido.** São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.** FLACSO: Brasília, 2015.

WALKER, Lenore E. **The Battered Woman.** Nova Iorque: Harper and Row, 1979.